

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A MOBILIDADE INTERGERACIONAL
EDUCACIONAL NO BRASIL E O PAPEL DA MÃE,
1996-2014.**

MARINA BRAGA GOULART LOPES
Matrícula nº: 111179067

ORIENTADORA: Profa. Valéria Lúcio Pero

SETEMBRO 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A MOBILIDADE INTERGERACIONAL
EDUCACIONAL NO BRASIL E O PAPEL DA MÃE,
1996-2014.**

MARINA BRAGA GOULART LOPES

Matrícula nº: 111179067

ORIENTADORA: Profa. Valéria Lúcio Pero

SETEMBRO 2017

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do (a) autor (a)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Valéria Lúcio Pero pela orientação e entusiasmo na orientação para a elaboração deste trabalho. Sua receptividade, sabedoria e interesse foram de grande importância para a minha motivação e persistência.

Aos meus pais Raquel e Roberto pelo enorme apoio e carinho em todas as etapas, da graduação fora, investindo esforços na minha formação. Mãe, você foi um grande pilar para a minha jornada no Rio. Pai, você sempre me dá todo o conforto, força e acolhimento para seguir em frente.

À minha avó Aurora que é como uma segunda mãe para mim, sempre carinhosa, participativa e preocupada. Agradeço também ao meu avô Tarcísio pelo grande exemplo e dedicação e aos meus avós Maria Inês e Antônio Fernando por todo o carinho, confiança e apoio.

Aos meus tios e primos pelos momentos compartilhados e, especialmente às minhas tias Beatriz e Denise, por todas as conversas, risadas e companheirismo.

Agradeço ao Daniel Duque, pela grande colaboração e solicitude. Agradeço também ao amigo João Castilho, que fez importantes colocações e à Cristiana Garcia e ao André Marinho pela cumplicidade.

Às minhas amigas de muitos anos Júlia Thomé e Samanta Barros, que foram essenciais no meu amadurecimento e estiveram presentes em todos os momentos importantes.

Às queridas Mariana Motta, Carolina Melchert, Katherine Kardos e Tathiana Simões com as quais pude aprender muito dividindo as histórias, os momentos e as panelas e à Luciana Oliveira que também se tornou uma grande amiga.

Ao Estêvão K. Bastos, pela oportunidade e grande conhecimento passados no IPEA e ao Regis Bonelli por todo carinho, respeito e bom humor, que prazer!

E, por fim, agradeço a sorte de ter passado por essa cidade maravilhosa que é o Rio de Janeiro, na qual fui recebida de forma calorosa e pude conhecer inúmeras pessoas muito sábias e engajadas, apaixonantes e apaixonadas.

RESUMO

Este trabalho atualiza os resultados dos estudos de mobilidade intergeracional de educação no Brasil, dando luz à hipótese da relevância do papel da mãe, bem como o do pai, na escolaridade dos filhos. A análise é realizada a partir de um estudo discricionário (GAER & MARTINEZ, 2001) dos dados de escolaridade, com base na metodologia usada em Ferreira e Veloso (2003), comparando os dados dos suplementos das PNADs de 1996 e de 2014. Além disso, foram realizados testes para três modelos de mobilidade intergeracional da literatura: o Modelo Convencional, o Modelo de Dominância Modificado e o Modelo baseado no parente de mesmo sexo (Sex-role Model). A partir da análise dos resultados, o Modelo baseado na maior transmissão a partir do parente do mesmo sexo foi rejeitado e o Modelo Convencional foi superado pelo Modelo de Dominância Modificado, que mostrou resultados significativos, tendo se adequado melhor aos dados.

Palavras chave: mobilidade intergeracional, mobilidade social, estratificação educacional.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	7
I. A MOBILIDADE INTERGERACIONAL, O PAPEL DA MULHER E UMA BREVE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	9
<i>I.1 O Conceito de mobilidade intergeracional.....</i>	9
<i>I.2 O papel da mulher na análise da mobilidade intergeracional e os modelos de estratificação social.....</i>	10
<i>I.3 Mobilidade intergeracional na América Latina e o papel da escolaridade</i>	19
<i>I.4 Os regimes estatais e o acesso à educação na determinação da mobilidade intergeracional</i>	22
<i>I.5 Mobilidade intergeracional educacional no Brasil</i>	24
II. METODOLOGIA	28
<i>II.1 Definição das variáveis</i>	30
<i>II.2 Modelo Econométrico</i>	32
III. ANÁLISE DOS RESULTADOS	34
<i>III.1. Matrizes de transição</i>	34
<i>III.2. Modelos de transmissão familiar de educação</i>	39
CONCLUSÃO	42
APÊNDICE	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	57

INTRODUÇÃO

Em um país tão socialmente desigual como o Brasil, com alta concentração de renda e uma grande desigualdade de oportunidades, o estudo da mobilidade intergeracional se destaca como indicador das desigualdades de oportunidades na sociedade. Ou seja, as chances que um indivíduo terá em alcançar determinada posição social a partir da sua origem social - da posição social de sua família.

Optou-se neste estudo pelo foco na mobilidade intergeracional educacional já que a escolaridade, assim como apontado por Barros (2001) e Torche (2014), é um dos melhores indicadores familiares da mobilidade social intergeracional.

No que concerne à bibliografia em mobilidade intergeracional, a maior parte da literatura desconsidera o nível de escolaridade e o status ocupacional da mãe na determinação da escolaridade e das classes sociais tanto de origem quanto de destino do filho, sucessivamente. Grande parte das análises é baseada apenas na escolaridade e/ou ocupação do pai.

No entanto, a literatura internacional sobre o tema vem dando destaque ao papel da mãe no estudo de mobilidade intergeracional. O Modelo de Classificação Conjunta (GRAETZ, 1991, apud SORENSEN, 1997) e Modelo de Dominância Modificado são dois dos modelos relevantes da literatura que consideram o papel da mãe na transmissão intergeracional.

No Brasil ainda há poucos estudos sobre mobilidade intergeracional. Alguns dos estudos revisitados neste trabalho (e seus resultados) são os dos autores Barros (2001), Ferreira e Veloso (2003) e Ribeiro (2017).

Barros (2001), analisando os dados da PNAD 1996 e PPV 1996/1997, encontrou um maior impacto da educação da mãe sobre a escolaridade do filho do que o do pai. Ferreira e Veloso (2003) revelaram uma baixa mobilidade intergeracional no Brasil quando comparado aos demais países desenvolvidos e em desenvolvimento a partir de um índice de mobilidade construído com base na PNAD 1996. E Ribeiro (2017), analisando o período de 1973 a 2014,

com base nas PNADs, mostrou, a partir de seus resultados, que houve uma redução das desigualdades de oportunidade no país ao longo desse período.

O objetivo deste trabalho é dar contribuição às pesquisas sobre mobilidade intergeracional educacional no Brasil, analisando sua evolução e destacando o papel da mãe nesse processo.

Para tanto, com base nos suplementos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1996 e 2014, serão testados três modelos da literatura: o Modelo Convencional, modelo que leva em conta apenas o pai no processo de transmissão intergeracional, o Modelo de Dominância Modificado, já mencionado nesta introdução, e o modelo baseado na identificação pelo mesmo sexo (Sex-role Model).

Esta monografia está organizada em três capítulos e a conclusão. No primeiro capítulo é feita uma revisão da literatura no que diz respeito à mobilidade intergeracional. Nele são apresentados o conceito de mobilidade intergeracional, os principais modelos na análise desse tema e o papel da mãe nesses estudos. São apresentados também a contextualização do tema na América Latina e alguns dos resultados encontrados dentre os estudos referentes ao Brasil.

O segundo capítulo apresenta a metodologia que adota a abordagem descritiva e a abordagem econométrica para a análise comparada dos microdados dos suplementos sócio-ocupacionais das PNADs de 1996 e 2014. No terceiro capítulo são apresentados os resultados encontrados a partir das análises das matrizes de transição educacional e dos testes dos modelos de interesse. E, por fim, a conclusão, que reforça a importância de considerar a mulher nos estudos de mobilidade intergeracional.

I. A MOBILIDADE INTERGERACIONAL, O PAPEL DA MULHER E UMA BREVE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

1.1 O Conceito de mobilidade intergeracional

A pesquisa em mobilidade intergeracional de classes analisa a força da associação entre a origem social do indivíduo, a classe social a qual pertencia na infância, e sua atual posição individual ou familiar de classe. Bem como os padrões de imobilidade ou mobilidade entre certas classes de origem e de destino. Ela estuda, em suma, a transmissão de vantagens e desvantagens de uma geração para a outra (SORENSEN, 1997, p.37; BELLER, 2009, p.508).

A mobilidade intergeracional de classes tem em sua composição dois fatores de maior relevância para o estudo: um componente de fluidez social e um componente estrutural de mobilidade. A fluidez social indica o quanto a origem social do indivíduo determina suas chances de alcançar um determinado estrato social na vida adulta. Ela é usualmente considerada como indicativo de igualdade de oportunidade. Logo, quanto maior o nível de fluidez em uma sociedade, mais iguais são as oportunidades dos indivíduos. A mobilidade estrutural captura as mudanças que acontecem na distribuição das classes, tanto de origem quanto de destino, que afetam a todos os indivíduos, independentemente de suas classes de origem (BELLER, 2009 p.509).

Pesquisas voltadas ao estudo da evolução da fluidez social ao longo do tempo utilizam, normalmente, uma abordagem periódica ou sobre uma determinada coorte. Para Breen e Jonsson (2007 apud BELLER, 2009, p.509), mudanças na fluidez social ao longo do tempo são mais comumente dirigidas por coortes do que por períodos.

Robert Erikson (1984) propõe que as classes são os elementos da estrutura social. Sugere, então, que a posição de classe do indivíduo seja aquela baseada na ocupação dos membros da sua família que carregam a responsabilidade econômica do domicílio, e que este conceito deve ser usado como indicador da situação de mercado do indivíduo. A posição do trabalho seria aquela baseada na ocupação do indivíduo, e deveria ser usada como indicador de sua situação de trabalho na sociedade (ERIKSON, 1984).

A situação de mercado é, no conceito de Lockwood, ‘a situação econômica que se delimita pela fonte e o tamanho da renda, o grau de estabilidade no trabalho e oportunidade de mobilidade ascendente’. Mas Erikson encontra mais utilidade em considerá-la, de forma mais generalizada, como as oportunidades da vida, uma vez que ela decorre da ocupação e da posição do indivíduo na divisão do trabalho. A situação de mercado teria então implicações também sobre o nível de consumo e o padrão habitacional, pela forma como a criança foi criada e a educação que lhe foi oferecida (ERIKSON, 1984, p.501).

Já a situação de trabalho se relaciona à questão de como a produção é organizada e refere-se, segundo Goldthorpe (1983 apud ERIKSON, 1984, p.501), à ‘localização dentro do sistema de autoridades e controle que regula o processo de produção’ e, portanto ‘ao grau de autonomia na realização de tarefas e papéis no trabalho’ (ERIKSON, 1984, p.501).

Em relação à unidade a que se referencia a posição de classe, ela é comumente atribuída à família. A situação de mercado é, para os países industrializados ocidentais, uma característica da família ou do domicílio. Mesmo se o consumo e os gastos forem diferentemente distribuídos entre os indivíduos, é a família que é tipicamente a unidade de consumo, que divide a moradia, que educa as crianças e as mandam para a escola e para a universidade. Já a posição de trabalho é uma medida unicamente relacionada ao indivíduo, pois é o indivíduo que experiencia a situação de trabalho, as relações de autoridade, os perigos para a saúde, e quem se relaciona com os colegas e parceiros de ofício. Mas as duas situações são claramente dependentes uma da outra (ERIKSON, 1984, p.501 e p.502).

1.2 O papel da mulher na análise da mobilidade intergeracional e os modelos de estratificação social

Pelo modelo convencional de estratificação social empregado nos estudos de mobilidade intergeracional, ‘*the conventional view*’, a posição de classe da mulher independe de sua posição de trabalho, e, de forma análoga, a posição social de classe da família independe completamente da posição de trabalho da mulher. A visão convencional assume que a posição de classe das famílias seria determinada levando em conta apenas os recursos do pai. A educação e o status ocupacional do pai seriam os únicos determinantes do status social da família e, conseqüentemente, da escolaridade e oportunidades de seus filhos. Logo, o trabalho e a escolaridade da mãe não exerceriam influência adicional (GOLDTHORPE, 1983, 1984 apud KORUPP *et alii*, 2002, p.19; SORENSEN, 1997, p.28).

Essa hipótese foi, até o final dos anos 1980, o principal modelo seguido pela maioria dos estudos em estratificação social. Ela pressupõe que o não-emprego da mãe faz parte da estratégia familiar. E, mesmo que a mulher trabalhe e tenha uma ocupação, de acordo com a visão convencional, as esposas continuariam a depender do status socioeconômico do marido durante a maior parte de sua vida (KORUPP *et alii*, 2002, p.19).

A forma como a mulher deveria ser incorporada nos estudos de estratificação e mobilidade social na determinação das classes passou a ser objeto de debate acalorado, a partir dos anos 1970, nos trabalhos de Acker (1973), Goldthorpe (1983), e Delphy (1984). Foi a crítica feminista que deu espaço para um processo de reação à abordagem convencional de maior repercussão e que atribuiu um papel relevante ao homem. A solução apontada pela defesa feminista foi adotar o indivíduo como a unidade utilizada na estratificação e análise de classes, abandonando por completo a anterior atribuição da medida à unidade familiar. A mulher e seu emprego se tornaram então visíveis (SORENSEN, 1997, p.29).

John Goldthorpe (1983 apud SORENSEN, 1997, p.30) responde de forma expressiva em defesa da visão convencional, reiterando o argumento da adoção da unidade familiar nos estudos de estratificação. A dependência da mulher em relação ao homem estaria motivada, segundo o autor, pela fraca ligação da mulher ao mercado de trabalho.

Robert Erikson (1984) propõe outra abordagem para a análise da posição social de classe: o Modelo de Dominância (*The Dominance Model*). A proposição desse modelo é a de que o membro do domicílio com o maior status socioeconômico, a partir de um ranking criado pelo autor, determina a posição social de classe ou status da família. Esse ranking se baseia em uma ordem de dominância das ocupações, considerando a posição de trabalho de ambos os cônjuges. As ocupações de status mais elevado têm maior influência sobre a situação de mercado da família do que aquelas de menor status e são as que, portanto, determinam a posição social de classe da família. (ERIKSON, 1984)

Essa abordagem se aproxima do modelo baseado no status de poder dos pais dentro do domicílio (*The Power Model*) proposto anteriormente por Mc Donald (1977 apud KORUPP *et alii*, 2002 p.20).

Erikson (1984) conduziu um estudo a partir de dados retirados de três diferentes pesquisas de amostras aleatórias conduzidas na Suécia nos anos de 1968, 1974 e 1981. Os respondentes da pesquisa eram adultos em idade entre 15 e 75 anos. (ERIKSON, 1984, p.500)

O autor constrói, então, alguns índices para a determinação de classe da família baseados no modelo convencional modificado, no princípio da dominância, no princípio da classificação conjunta e, por fim, em uma medida baseada na posição de classe do respondente independente de seu sexo. Estes índices são, em seguida, correlacionados com dez indicadores da posição de classe da família: renda familiar, indicadores de avaliação da moradia e demais imóveis, amenidades da moradia, viagem de férias e atividades culturais (SORENSEN, 1997, p.44).

Ele então testa qual índice é aquele que melhor explica a transmissão intergeracional de status socioeconômico. O índice baseado no modelo de dominância, por explicar mais da variação nos indicadores do que os demais é, então, eleito o preferido. O desempenho do índice baseado no modelo individual é superado por todos os outros. E, o índice baseado no princípio da classificação conjunta, supera o índice baseado no modelo convencional, mas não aquele baseado no princípio da dominância (ERIKSON, 1984, p.508).

Entre os homens casados respondentes da pesquisa, praticamente nove em cada dez dos nascidos entre 1919 e 1948 estavam empregados nos três anos da pesquisa. Já as mulheres casadas apresentaram um padrão muito menos uniforme: quatro em cada dez eram assalariadas em 1968, 1978 e 1981. Esses dados parecem indicar uma maior mobilidade da mulher entre as ocupações, o que, pelo estudo do autor, não levam a resultados de mobilidade intergeracional diferentes entre homens e mulheres. (ERIKSON, 1984, p.510).

No entanto, quando olhamos para a mobilidade intergeracional entre 1974 e 1981 dos indivíduos assalariados nascidos entre 1920 e 1954, os resultados indicam uma menor mobilidade intergeracional entre as mulheres do que entre os homens. Isso sugere que, apesar das mulheres terem uma ligação mais fraca com o mercado de trabalho do que os homens, as que permaneceram assalariadas têm um maior vínculo com suas ocupações do que os homens. Logo, a estabilidade resultante na posição de classe parece ser similar para homens e mulheres (ERIKSON, 1984, p.511).

Esses resultados mostram que a menor ligação das mulheres com o mercado de trabalho não leva a uma maior mobilidade intergeracional entre elas do que entre os homens. Não suportam, portanto, a ideia que, para que classes sociais mais estáveis sejam construídas, a atribuição da classe deve se basear na posição e trabalho do homem (ERIKSON, 1984, p.511).

Annemette Sorensen, em 1997, fez uma relevante revisão bibliográfica acerca do debate sobre a posição, a visibilidade e o papel da mulher nos estudos de classe e estratificação social. Nessa revisão, Sorensen se volta, em primeiro lugar, para a questão de como determinar e calcular o status ou a classe da família.

Diversos estudos foram feitos no intuito de testar se a identificação de classe e as preferências de voto dos homens e mulheres têm mais influência de suas próprias ocupações ou da de seus parceiros. Davis & Robinson (1988) encontraram para os Estados Unidos, a partir de uma análise comparada de dados entre a década de 1970 e a década de 1980, que a identificação de classe das mulheres, antes influenciada apenas pela posição de seus maridos, passou nos anos 1980 a sofrer uma significativa influência também de sua própria posição. Estudos contemporâneos a este foram feitos em diversos países da Europa (Alemanha Ocidental, Dinamarca, Suécia, Reino Unido), mas os resultados obtidos foram os mesmos daqueles encontrados em estudos anteriores: a classe social do homem predominava na determinação de voto de ambos os cônjuges, e esse era o quadro geral que se apresentava nas descobertas das pesquisas feitas até então (SORENSEN, 1997, p.35).

No geral, as conclusões que haviam sido encontradas até então davam força à abordagem convencional. No entanto, dentre os grupos pesquisados nos quais as famílias reportavam a ocupação das mulheres em trabalhos de maior qualificação (profissionais, semiprofissionais ou colarinho azul), essa abordagem não era satisfatória. Mesmo tendo pouca representação, essas exceções são relevantes por sugerir uma situação oposta: a posição de classe individual da mulher como principal determinante para as suas preferências de voto (SORENSEN, 1997, p.35).

Sorensen (1997) expõe ainda outra abordagem: a classificação conjunta (*The Joined Model*), abordagem apresentada por Graetz (1991 apud SORENSEN, 1997, p.42). A proposta desse modelo é de que o grau de heterogeneidade ou diferença entre a posição de classe derivada do trabalho ou não-trabalho de ambos os cônjuges é que determina a posição de classe da família. Graetz cria uma classificação cruzada das classes derivadas das ocupações da mulher e do marido em quatro novos subconjuntos para determinar a classe familiar (SORENSEN, 1997, p.42).

Esse modelo leva em conta a ocupação de ambos os pais para o cálculo da posição de classe do filho. A proposição feita sugere que se o status do trabalho entre eles difere, os filhos tendem a estar centralmente posicionados entre o status da mãe e o status do pai. No

entanto, Sorensen atenta para suposição feita de que uma dona de casa casada com um homem empregado tem a mesma posição de classe de uma mulher empregada em um trabalho de mesmo status daquele de seu marido. A autora considera essa suposição surpreendente já que o principal motivo para a construção de outra metodologia é a percepção de que o trabalho da mulher impacta o consumo e o status de classe da família (SORENSEN, 1997, p.43; KORUPP *et alii*, 2002, p.20).

Por fim, a autora defende o abandono da abordagem convencional em detrimento de um modelo que possa levar em conta como e em que medida a posição de classe da mulher influencia a posição de classe da família e porque, em algumas famílias, a mulher sequer parece ter alguma influência. Essa inclusão criaria um problema empírico para as pesquisas de estratificação, mas, apesar de a abordagem convencional defender o contrário e suas evidências não terem apresentado até então graves problemas de representação, há exceções, e o viés, apesar de pequeno, importa (SORENSEN, 1997, p.45).

Korupp *et alii* (2002) também apresentam um questionamento acerca da influência da mãe na escolaridade e status ocupacional do filho. Considerando as principais teses que abordam a mobilidade intergeracional, os autores buscam identificar qual a influência da escolaridade e da ocupação da mãe e do pai na escolaridade e status ocupacional do filho.

Em trabalho anterior Korupp (2000), inclusive, já havia mostrado que um crescente número de mães tem ou já teve um emprego em algum momento da vida, e, seu status educacional ou ocupacional também passou a se apresentar, mais frequentemente, igual ou mesmo superior ao de seus maridos. Além disso, demais pesquisas (Gazeboom & De Graaf, 1983; Rijken, 1999) considerando apenas a escolaridade e status ocupacional do pai mostram que a influência destes na escolaridade e status ocupacional alcançados pelos filhos tem diminuído. Corroborando assim com sua hipótese de que estes mesmos indicadores da mãe também devem ser considerados (KORUPP *et alii*, 2002, p.18).

Para testar essa hipótese, os autores fazem uma comparação de seis dos principais modelos da literatura para identificar aquele que apresenta os melhores resultados. Ou seja, para identificar qual deles captura melhor os componentes da influência da origem social dos pais na escolaridade dos filhos. Além disso, em um segundo momento, analisam como esse resultado se altera ao acrescentar a escolaridade e status ocupacional da mãe ao modelo (KORUPP *et alii*, 2002).

Os modelos apreciados pelo teste foram, além dos modelos Convencional, de Dominância e Classificação Conjunta, já apresentados aqui neste capítulo, o Modelo de Dominância Modificado, um modelo baseado na identificação pelo gênero (*The Sex-Role Model*) e o Modelo Individual (KORUPP *et alii*, 2002).

O Modelo de Dominância Modificado é proposto pelos próprios autores para testar a hipótese feita por Garnsey (1978). O autor fez uma interpretação da abordagem de dominância um pouco diferente na qual, levando em conta o nível de consumo das famílias, defende a relevância da contribuição dos recursos do parente de menor status em algumas famílias como “vital”. Em especial, naquelas em que o chefe do domicílio exerça trabalho manual. Para testar essa hipótese, Korupp *et alii* (2002) propõe então um relaxamento da teoria do Modelo de Dominância, incluindo na análise do modelo a influência do cônjuge de menor status (KORUPP *et alii*, 2002, p.20).

Há ainda um modelo com base na identificação pelo gênero (*The Sex-Role Model*). Esse modelo assume que as filhas se orientam a partir do comportamento das mães e os filhos homens seguem os pais. Essa orientação dos filhos a partir dos pais de mesmo sexo se baseia em uma maior influência que esses teriam por serem um exemplo do papel daquele gênero sexual para os filhos, tal como sugerido em diversos estudos como em Acock & Yang, 1984; Boyd, 1989; Smith & Self, 1980; Starrels, 1992; Huttunen, 1992; Updegraff et al., 1996 (KORUPP *et alii*, 2002, p.21).

Por fim, a abordagem do modelo individual diz que é a contribuição de cada um dos pais, individualmente, que influencia o sucesso na educação dos filhos. Seus atributos, de acordo com Acker, 1973; Erikson & Goldthorpe, 1993, devem ser considerados, então, no âmbito individual (KORUPP *et alii*, 2002, p.21).

A análise de dados é feita a partir dos dados de três países ocidentais industrializados: Holanda, Alemanha Ocidental e Estados Unidos. Os dados dos EUA para a primeira leva advêm do National Study of Families and Households (NSFH) que se concluiu em 1988. Para a Alemanha os dados usados foram o do German Life History Study (GLHS). Para a Holanda foram combinadas duas pesquisas, a Netherlands Family Survey 1992-1993 (FAM) e a Households in the Netherlands 1995 (HIN) (KORUPP *et alii*, 2002, p.21 e p.22).

A análise dos dados é *cross-sectional*. E, para fins de comparação, ela é limitada aos respondentes nascidos entre 1923 e 1962 com uma entrada válida para o último ano de

escolaridade. A escolaridade de ambos os pais e filho(a) foram comparadas com base nos anos de estudo. O status ocupacional de ambos os pais foram escalados pelo ISEI, o índice socioeconômico internacional de status (KORUPP *et alii*, 2002, p.22).

O nível de escolaridade médio dos respondentes, obtido pela média dos três países, é maior do que o nível de escolaridade alcançado pelos pais (KORUPP *et alii*, 2002, p.23).

A análise é feita tanto excluindo como incluindo o grupo das mães donas de casa. Desconsiderado no primeiro passo da análise, o grupo das mães donas de casa tem, na segunda etapa, seu status substituído pelo status ocupacional da dona de casa toda a vez que não há dados de status ocupacional para as mães. Esse efeito é, simultaneamente, controlado por uma variável *dummy* (KORUPP *et alii*, 2002, p.23).

Todas as hipóteses são estimadas em três passos: faz-se uma comparação considerando apenas a influência da escolaridade dos pais na escolaridade dos filhos; considera-se apenas a ocupação dos pais na determinação da escolaridade dos filhos; e, por fim, a última etapa combina as duas etapas anteriores analisando ambas as influências educacional e ocupacional dos pais na escolaridade dos filhos (KORUPP *et alii*, 2002, p.24).

Os modelos são estimados a partir dos modelos de regressão linear restrita (CLR) do *Stata*, pois permitem que os efeitos sejam igualmente definidos entre eles. Duas estatísticas comparativas são utilizadas para definir qual modelo oferece a melhor estimativa dos efeitos do pai e da mãe sobre a escolaridade dos filhos: o R² ajustado e a soma dos quadrados dos modelos. O modelo com a maior soma dos quadrados, levando em conta os graus de liberdade utilizados, é o que tem melhor desempenho. A ordem de classificação dos modelos é então estabelecida a partir do seguinte teste F:
$$F: \frac{(SS \text{ ModelA} - SS \text{ ModelB}) / (DFA - DFB)}{MSerr} > 3.84$$
 (KORUPP *et alii*, 2002, p.26).

Os resultados encontrados pelos autores parecem indicar que o modelo que melhor explica como o status socioeconômico dos pais influencia a escolaridade dos filhos é o Modelo de Dominância Modificado. O status do pai ou mãe com mais alto status, ou seja, o status do cônjuge dominante exerce uma influência maior sobre a escolaridade dos filhos do que aquele de seu cônjuge. No entanto, este também tem papel, mesmo que menor, na determinação do nível de escolaridade alcançado pelos filhos. Logo, a hipótese do Modelo Convencional pode então ser rejeitada (KORUPP *et alii*, 2002, p.36).

A partir do fraco desempenho obtido tanto no Modelo Convencional quanto no Modelo de Dominância, é possível concluir que levar a escolaridade e o status ocupacional de ambos os pais em conta produz resultados sempre melhores, enquanto que levar em conta apenas um dos pais resulta em uma subestimação da influência total que eles exercem. O modelo baseado na identificação pelo gênero (*Sex-role Model*) também produz resultados pouco significativos em relação à escolaridade alcançada pelos filhos (KORUPP *et alii*, 2002, p.37).

A classificação conjunta (*Joined Model*), que considera uma média dos status de ambos os pais, seria o segundo melhor modelo para explicar a influência dos pais. Pois, por apresentar resultados superiores àqueles do Modelo de Dominância, nos casos em que o status e escolaridade da mãe diferem daqueles do pai, isso sugere que o status e escolaridade do filho estarão entre os de seus pais, e não determinado pelo parente de maior status e escolaridade como propõe o modelo de Dominância (KORUPP *et alii*, 2002, p.37).

No que diz respeito ao Modelo Individual, por ele contabilizar conjuntamente a influência de ambos os pais, e, adicionalmente, não permitir distinguir corretamente a influência de cada um deles individualmente, também não fornece contribuição adicional aos resultados obtidos a partir dos modelos de classificação conjunta (KORUPP *et alii*, 2002, p.37).

Questionando a abordagem convencional e seus resultados, assim como Korupp *et alii* e Ganzeboom, Emily Beller (2009) também realizou um estudo acerca da mobilidade intergeracional para os Estados Unidos. As classes foram construídas com base no esquema de classes EGP, usando dados compilados do General Social Survey (GSS) que incluem dados de ocupação para a mãe (1994,1996, 1998, 2000,2002, 2004 e 2006). Ela conduziu um estudo separado para homens e outro para mulheres entre 25 e 64 anos que estavam empregados no ano da pesquisa, fazendo uso de uma análise da mudança na fluidez social entre sucessivos grupos de coorte, para testar uma maior aproximação entre a teoria e a metodologia utilizada de forma a produzir resultados não viesados (BELLER, 2009).

A autora acredita que o viés que resulta da exclusão das características da mãe tem substancial importância, mas não é reconhecido ou compreendido de forma satisfatória. A indisponibilidade de dados relativos às características e condições das mães também atua limitando esse estudo e oferecendo incentivos à continuidade do uso da prática convencional.

Nos Estados Unidos antes de 1994 o GSS não perguntava aos entrevistados a respeito da ocupação de suas mães (BELLER, 2009, p.507 e p.508).

Beller apresenta todos os modelos de construção de classe, assim como Korupp *et alii*, e suas limitações. Sua análise emprega o esquema de classes de Erikson & Goldthorpe (1992 apud BELLER, 2009, p.509), EGP. Ambos Erikson e Goldthorpe atribuíram à família, a unidade da classe social, essa medida também é adotada por Beller, já que a abordagem individual não é aplicável no estudo da classe de origem.

A autora chama atenção para o fato de que a adequação das abordagens para a mensuração da posição de classe familiar também deve ser avaliada e calculada da perspectiva da criança, e não apenas dos adultos, já que afeta as oportunidades futuras dos filhos. Exemplifica com a percepção feita por Erikson e Goldthorpe (1992) ressaltando que os pesquisadores criticam a visão convencional em relação à classe de destino do indivíduo, mas se baseiam na abordagem convencional para calcular a sua classe de origem (BELLER, 2009, p.511).

Outra limitação que a autora apresenta dos debates anteriores é o destaque dado apenas às famílias cujos adultos trabalhavam em classes diferentes. Desconsidera problemáticas as famílias que tinham apenas um dos cônjuges empregado, e também aquelas em que ambos os cônjuges obtinham o mesmo status ocupacional. Chama a atenção então para pesquisas anteriores, como Kalmijn (1994) e Korupp, Ganzeboom, e Van Der Lippe (2002), que apresentam evidências de que as características de classe de ambos os pais determinam os recursos e as oportunidades dos filhos, mesmo se essas características forem iguais (BELLER, 2009, p.511 e p.512).

Beller diz que os mecanismos teóricos do processo de transmissão intergeracional são consistentes com a visão conjunta da origem social de classes. Além disso, destaca o papel dos recursos não econômicos relacionados à determinação de classes. Recursos como prestígio ocupacional e escolaridade dos pais teriam determinante na transmissão indireta de recursos. A influência ainda pode ser maior se ambos os pais passarem tempo com os filhos (BELLER, 2009, p.512).

Os resultados desse estudo mostram que, apesar de um terço da amostra ter reportado o pai como o único parente empregado do domicílio, a abordagem que leva em conta apenas as características do pai não traduz adequadamente o padrão de mobilidade observado. Pelos

resultados encontrados na análise de Beller, para ambos sexos, modelos que consideram ambos o pai e a mãe fornecem uma aproximação da mobilidade observada substancialmente melhor do que aqueles encontrados pelo Modelo Convencional (BELLER, 2009, p.519 e p.521).

A imobilidade pai-respondente, independente do sexo do indivíduo, é mais forte nas famílias em que apenas o pai é assalariado, e mais fraca nas famílias em que a mãe também está empregada fora do lar. Essa é uma boa ilustração de como o trabalho das mães é importante para o estudo da mobilidade intergeracional (BELLER, 2009, p.521).

Algumas das limitações e resultados não observados, ao se olhar os dados baseados apenas no Modelo Convencional, são: uma mobilidade intergeracional maior observada entre os homens mais velhos em cada coorte, e um fortalecimento da associação origem-destino sobre as coortes, quando se olha apenas para os homens. Esse movimento representa uma redução da fluidez social, particularmente para a coorte mais recente, função da crescente associação entre a classe social das mães e a classe de destino dos filhos. O mesmo não se verifica para as mulheres (BELLER, 2009, p.521 e p.524).

1.3 Mobilidade intergeracional na América Latina e o papel da escolaridade

“A mobilidade intergeracional de renda é mais fraca na América Latina do que nos países industrializados, e é caracterizada por uma “persistência no topo”, padrão consistente com os altos níveis de concentração econômica na região. Entretanto, a mobilidade social de classes na América Latina não difere muito daquela do mundo industrializado.” (TORCHE, 2014, p.619).

Com 26 países e quase 600 milhões de habitantes, a região que constitui a América Latina e o Caribe tem como característica mais impressionante o alto índice de desigualdade socioeconômica. É considerada a região mais desigual do mundo desde 1960 (TORCHE, 2014, p.620).

Os estudos empíricos de mobilidade intergeracional na América Latina emergiram nos anos 1960. No entanto, com o contexto da crise econômica nos anos 1980 e 1990, esses estudos deram lugar a outros de maior urgência. Uma segunda geração de estudos sobre mobilidade intergeracional só reapareceu nos anos 1990 (TORCHE, 2014, p.620).

“Com um índice de Gini de 0.53 em meados dos anos 2000, a América Latina é 18% mais desigual do que a África Subsaariana, 36% mais desigual do que o Leste asiático e 65% mais desigual do que países de alta renda (L’opez-Calva & Lusting 2010).” A característica mais distinta da desigualdade na AL é a grande concentração de renda no topo da distribuição e a expressiva diferença entre os ricos e a classe média (TORCHE, 2014, p.621).

Uma possível causa para o fato é que o nível e padrão de desigualdade na América Latina parecem ter profundas raízes históricas. No entanto, os estudos feitos a esse respeito falham em explicar os processos que sustentaram a desigualdade na região ao longo do tempo, fazendo com que a região assumisse um severo caminho de dependência (TORCHE, 2014, p.622).

Um fator crítico para a persistência da desigualdade na América Latina parece ser os fracos Estados latino-americanos que emergiram depois da independência, levando aos dois principais determinantes da desigualdade na região: os altos retornos à escolaridade e o fraco papel redistributivo do governo (TORCHE, 2014, p.622).

O alto prêmio de qualificação no mercado de trabalho observado na maioria dos países latino americanos não é o que se observa no Brasil. Houve neste um declínio no prêmio de qualificação, que, somado a uma mais fraca associação direta de rendimentos intergeracional levou a um nível crescente de fluidez social (Torche & Ribeiro 2010, apud TORCHE, 2014, p.629).

O Brasil foi o primeiro país da região a produzir uma pesquisa com base de dados representativa (já em 1973). Pastore (1982) conduziu uma análise pioneira acerca da mobilidade no Brasil. A principal descoberta de sua análise foi um alto nível de mobilidade ascendente decorrente dos processos de urbanização e industrialização. Já Ribeiro (2007) descobriu que, apesar dos altos níveis de desigualdade, o Brasil possui taxas de fluidez comparáveis com a de países desenvolvidos como a Inglaterra, a Alemanha e a Hungria (TORCHE, 2014, p.625 e p.628 e p.629).

Torche sugere que um esquema de classes desenvolvido por e para os países avançados não considera as características sociais relevantes da América Latina que em muito se diferem das características sociais dos países desenvolvidos. Na América Latina, de forma contrária aos demais países e regiões industriais avançados, o padrão de mobilidade

observado possui uma assimetria de maior persistência no topo da distribuição do que nas classes mais baixas da pirâmide distributiva da renda (TORCHE, 2014, p.630 e p.632).

Para o Brasil, Ferreira e Veloso (2003) encontraram resultados de que 35% daqueles que têm origens no quintil mais pobre da distribuição continuam pobres. Ao passo que 43% dos que têm origens no quintil mais rico continuam ricos. Já nos Estados Unidos, a persistência é de 42% no quintil inferior e de 36% no quintil superior (TORCHE, 2014, p.632).

Dentre os estudos latino-americanos, uma relevante descoberta é a de que, dentre as quatro circunstâncias eleitas por Bourguignon (2007 apud TORCHE, 2014, p.633) como principais na determinação da desigualdade de renda (escolaridade dos pais, ocupação do pai, regionalidade e raça), a escolaridade dos pais é aquele que apresenta a maior influência. Esse quadro também se apresentou de forma similar nos EUA, a partir dos resultados observados em um estudo conduzido por Marrero & Rodriguez (2011 apud TORCHE, 2014, p.633).

Hertz *et alii* (2007 apud TORCHE, 2014, p.634) mostraram que o grau de associação entre os anos de escolaridade dos pais e os anos de escolaridade dos filhos é de aproximadamente 0.7 no Brasil e Colômbia, 0.5 no México e no Peru, contra 0.35 nos Estados Unidos. Embora difusa, a análise comparativa dos dados de mobilidade intergeracional entre os países é relevante, pois confirma a baixa mobilidade dos países latino-americanos frente aos países avançados. E baixa mesmo se comparados àqueles com níveis de desenvolvimento similar (TORCHE, 2014, p.633 e p.634).

Algumas descobertas se mostram relevantes para os estudos em mobilidade intergeracional: Behrman et al. (1999 apud TORCHE, 2014, p.634) e Dahan & Gaviria (2001 apud TORCHE, 2014, p.634) encontraram um efeito positivo de associação do nível médio de escolaridade, do desenvolvimento econômico e dos mercados financeiros mais desenvolvidos com a mobilidade educacional. Em contrapeso, encontraram uma associação muito baixa entre a despesa pública com educação e a mobilidade educacional na América Latina. Esse último resultado contrasta em comparação com os países industrializados, nos quais a despesa educacional aumenta a mobilidade (Blanden, 2013 apud TORCHE, 2014, p.634).

Wolff & de Moura Castro (2003 apud TORCHE, 2014, p.634) justificam esse contraste pelo argumento de que os governos latino-americanos destinariam uma parcela maior do orçamento para a educação do ensino superior do que os demais países. Os gastos

com o ensino superior tenderiam, então, a beneficiar as famílias mais ricas cujos filhos permanecem mais tempo na escola, proporcionando algo como um subsídio para educação das crianças da elite latino-americana (TORCHE, 2014, p.634).

As crises econômicas na América Latina também parecem produzir efeitos diferentes sobre as famílias abastadas e as famílias pobres. Entre a elite, geram um efeito substituição positivo, que resulta em ganhos em escolaridade. Ao passo que, entre as classes mais baixas, o resultado é um efeito renda negativo, reforçando a influência da origem social na escolaridade. Esses resultados foram encontrados em algumas poucas pesquisas que analisaram os efeitos do contexto macroeconômico sobre a mobilidade educacional (Binder & Woodruff 2002, Marteleto et al. 2012, Rucci 2003 e Torche 2010b apud TORCHE, 2014, p.634).

A questão principal a ser entendida para compreender a persistência da desigualdade na América Latina é se o critério de estratificação de classes deixa de fora fatores centrais para a explicação deste fenômeno (TORCHE, 2014, p.634).

Mesmo com pouca evidência, alguns estudos (Balán et al. 1973, Jorrat 2000, Ribeiro 2008 e Solís 2007) sugerem que o papel que desempenha a escolaridade no processo de estratificação e mobilidade intergeracional é extremamente relevante na América Latina, possivelmente mais até do que nos países avançados. Com os altos retornos à qualificação na região, a educação desempenharia papel central na reprodução intergeracional da desigualdade (TORCHE, 2014, p.636).

Esse papel, no entanto, cria uma situação de “meritocracia herdada”. Ou seja, de uma persistência intergeracional que encontra na escolaridade uma forma de naturalização e legitimação desse fenômeno. Nesse sentido, há uma grande limitação ao acesso à educação das famílias desfavorecidas, que é mascarada por essa situação (TORCHE, 2014, p.636).

1.4 Os regimes estatais e o acesso à educação na determinação da mobilidade intergeracional

Beller e Hout (2006) analisam a correlação entre as diferenças nos regimes de bem-estar e no acesso à educação entre os países e as diferenças no grau de mobilidade intergeracional observadas entre eles. Os autores afirmam que a ligação entre as políticas do

governo e a mobilidade social continua sendo um dos maiores problemas não solucionados em estratificação comparativa (BELLER & HOUT, 2006, p.353).

“Reduzir as diferenças entre classes de ocupações altera o incentivo para buscar o ensino superior e pode então afetar a associação entre origens ocupacionais e destinos. Mas a direção do efeito é indeterminada. Os sociólogos não podem dizer antecipadamente se são as classes favorecidas ou desfavorecidas que abandonarão os estudos mais cedo do que o fariam em um regime de alta desigualdade.(Erikson & Jonsson, 1996 apud BELLER & HOUT, 2006, p.354, nota 2).

Os dados analisados nesse estudo são do módulo de desigualdade *International Social Survey Programme* (ISSP) de 1999. Devido à indisponibilidade de dados e algumas escolhas metodológicas feitas pelos autores, apenas 18 dos 29 países participantes do estudo são analisados. A classe de origem é aquela dada pela ocupação do pai quando os entrevistados estavam adolescência (14-16 anos). (BELLER & HOUT, 2006, p.356).

Os países foram separados em quatro tipos de regimes de bem-estar: corporativistas, liberalistas, sociais democratas e pós-socialistas. E duas medidas foram usadas para refletir a política educacional: a oportunidade de acesso à educação e a realização de um acesso à educação mais abrangente (BELLER & HOUT, 2006, p.357).

As nações foram classificadas como baixas em acesso à educação quando menos de 25% dos respondentes alcançaram o ensino superior, e altas, quando 25% ou mais obtiveram esse grau de escolaridade. Além disso, as nações foram classificadas também como altas, médias ou baixas no nível de igualdade de oportunidades de acordo com a associação entre a origem socioeconômica e a escolaridade alcançada pelos indivíduos (BELLER & HOUT, 2006, p.357).

Os resultados mais relevantes encontrados na análise a partir dos modelos com melhor ajustamento são de que o grau de mobilidade ocupacional intergeracional é proporcional ao grau de associação entre o background familiar e o nível educacional no país; e de que um maior acesso ao ensino superior pode aumentar a mobilidade intergeracional, porque ela é maior entre indivíduos com graduação. Além disso, as altas taxas de mobilidade educacional produziram, de forma direta, altas taxas de mobilidade ocupacional (BELLER & HOUT, 2006, p.362).

Taxas mais altas de fluidez social são encontradas nos regimes de bem-estar corporativistas, pós-socialistas, e liberais se o país registrar alto acesso à educação. E, mais baixas se o acesso à educação for fraco. Já nos países com regime sócio democratas e pós-socialistas, essa associação do regime estatal ao nível educacional é menor e, em geral, promovem uma maior mobilidade intergeracional. Em suma, as nações que têm maiores níveis de escolaridade tendem a ser nações com maior mobilidade intergeracional (BELLER & HOUT, 2006, p.362).

1.5 Mobilidade intergeracional educacional no Brasil

A sociedade brasileira vive um paradoxo de conviver com uma alta desigualdade socioeconômica e muita mobilidade social (PERO, 2006). Dentre os estudos produzidos sobre mobilidade intergeracional de educação no Brasil, podemos destacar Ferreira e Veloso (2006), Barros e Lam (1993) e Barros *et alii* (2001), e Pastore (1979) e Pastore e Silva(1999) (FERREIRA & VELOSO, 2003, p.1).

Barros *et alii* (2001) buscam explicar os determinantes do baixo desempenho educacional no Brasil. Sua análise leva em conta os indivíduos que tem entre 11 e 25 anos de idade e vivem nas áreas urbanas das regiões Nordeste e Sudeste (pouco mais de 75% da população brasileira em 1996). Para tanto, examinam quatro determinantes diferentes: a disponibilidade e qualidade dos serviços educacionais, a atratividade do mercado de trabalho local, a disponibilidade de recursos familiares (financeiros e não-financeiros) e o volume de recursos da comunidade em que o indivíduo vive (BARROS *et alii*, 2001, p.1).

A abordagem de cálculo utilizada foi rodar uma regressão tomando a escolaridade (número de séries completadas pelo indivíduo) como variável dependente. E, usar indicadores dos quatro determinantes definidos, como variáveis explicativas. São incluídos também controles para características individuais, e região de residência (BARROS *et alii*, 2001, p.3).

No que diz respeito aos indicadores correlatos à atratividade do mercado de trabalho, eles dizem respeito ao custo de oportunidade do tempo empenhado pelos indivíduos no estudo, em lugar de eventuais oportunidades no mercado de trabalho. Ou seja, se as oportunidades no mercado de trabalho forem muito atraentes, o *trade-off* entre o estudo e o trabalho aumentará o custo de oportunidade do estudo. Esse custo é calculado pelos autores a partir do valor do salário no mercado de trabalho da comunidade na qual o indivíduo está inserido (BARROS *et alii*, 2001, p.8).

Mas são os recursos familiares o fator mais frequentemente presente nos estudos aplicados ao Brasil. A explicação disso se dá pelo fato de os investimentos em capital humano serem realizados, em sua maioria, como recursos familiares, dada a imperfeição do mercado de crédito. Dois tipos de recursos familiares são frequentemente investigados: a renda familiar *per capita* e o nível de escolaridade dos pais (BARROS *et alii*, 2001, p.9).

Barros e Mendonça (1997b apud BARROS *et alii*, 2001, p.10) demonstram que há uma maior associação do desempenho educacional com o nível de escolaridade dos pais do que com a renda per capita da família. Essa maior associação se dá por dois motivos: o primeiro, é que a escolaridade dos pais atua como um insumo na produção de escolaridade dos filhos; e, em segundo lugar, a escolaridade dos filhos é percebida pelos pais não apenas como bem de investimento, mas como bem de consumo (BARROS *et alii*, 2001, p.10 e p.11).

Os indicadores dos recursos familiares utilizados nas regressões foram: a renda familiar *per capita*; a escolaridade do pai; e a escolaridade da mãe. A escolaridade dos pais aparece como fator de maior importância na determinação do desempenho educacional dos filhos (medida também em número de séries completadas pelos pais) (BARROS *et alii*, 2001, p.11).

Pela PNAD 1996, os resultados encontrados mostraram que um ano a mais de escolaridade dos pais eleva a escolaridade dos filhos em aproximadamente 0,25 e 0,27 ano de estudo. Já pela PPV 1996/97, o aumento fica entre 0,30 e 0,33 ano de estudo. Nas duas pesquisas, o impacto da educação da mãe mostrou ser maior (pelo menos 30%) que o da educação do pai (BARROS *et alii*, 2001, p.19).

“Vimos também que a escolaridade das mulheres é significativamente mais afetada pela escolaridade da mãe que a dos homens, enquanto a escolaridade do pai afeta mais o desempenho educacional dos homens que das mulheres. O impacto de um ano a mais de escolaridade da mãe sobre o desempenho educacional é, para as mulheres, cerca de duas vezes maior do que para os homens. Já o impacto de um ano a mais de escolaridade do pai sobre o desempenho educacional é, para os homens, quase cinco vezes maior do que para as mulheres. O impacto conjunto da escolaridade do pai e da mãe é maior para os homens.” (BARROS *et alii*, 2001, p.28).

Ferreira e Veloso (2003) desenvolvem uma análise da mobilidade intergeracional educacional no Brasil, baseado nos dados do suplemento de mobilidade da PNAD 1996. Os

autores fazem uma análise comparada entre os índices de mobilidade internacionais, e entre as regiões e as raças do Brasil. (FERREIRA & VELOSO, 2003).

Também fazem um recorte por faixas de idade a fim de analisar o padrão dinâmico da mobilidade intergeracional educacional no Brasil. Para o intervalo entre 24 e 65 anos de idade, examinam a evolução da mobilidade para cada coorte de cinco anos desse intervalo. (FERREIRA & VELOSO, 2003, p.482 e p.483).

Os autores utilizam o coeficiente de persistência intergeracional como principal medida do grau de mobilidade, mas destacam a importância da determinação do conceito de mobilidade empregado em cada estudo. O conceito utilizado com base na literatura sociológica é bem diferente daquele empregado na literatura econômica. Essa diversidade pode ser exemplificada pela comparação do conceito utilizado por Pastore *et alii*: “uma sociedade apresenta maior mobilidade que outra se os filhos na primeira sociedade têm uma probabilidade maior de pertencer a uma classe social diferente da de seus pais”, com base na sociologia. Com aquele empregado por Ferreira e Veloso “uma sociedade apresenta maior mobilidade do que outra se a classe social dos pais na primeira sociedade tem uma importância menor na determinação da classe social dos filhos”, seguindo a literatura econômica (FERREIRA & VELOSO, 2003, p.485).

Os resultados da análise dos autores indicam uma mobilidade intergeracional educacional no Brasil inferior àquelas observadas nos países desenvolvidos e nos países em desenvolvimento, com exceção da Colômbia. E na comparação entre regiões e raças ela é mais baixa entre negros, quando compara aos brancos, e menor no Nordeste do que no Sudeste. Ao analisar os dados por coortes, os resultados também mostram um aumento substancial da mobilidade entre as coortes mais jovens, aparentemente motivados por um grande aumento na escolaridade dos filhos cujos pais tinham baixa ou nenhuma escolaridade (FERREIRA & VELOSO, 2003, p.482 e p.483).

As matrizes de transição construídas no estudo revelam uma “forte persistência nos extremos da distribuição” a sugestão que os autores apresentam para explicar esse padrão é de que *“a elevada persistência da educação nos extremos possivelmente reflete, em parte, o fato de que a variável de educação é limitada tanto inferior como superiormente. Em particular, o grau de escolaridade completa mais elevado registrado pela PNAD corresponde ao ensino superior completo, que corresponde a 16 anos de estudo.”* (FERREIRA & VELOSO, 2003, p.491, nota 23).

A principal descoberta é de que, exceto para aqueles indivíduos no topo da distribuição, a persistência é mais elevada para filhos de pais com baixa escolaridade do que aqueles com pais de maior escolaridade. O grupo dos respondentes com pais sem nenhuma escolaridade é de especial interesse, pois ele oferece informação crucial na compreensão das diferenças no grau de mobilidade entre as raças e as regiões e a dinâmica da mobilidade entre as coortes (FERREIRA & VELOSO, 2003, p.504).

Carlos Antônio C. Ribeiro (2017) também escreveu uma nota com o objetivo de avaliar a trajetória da mobilidade intergeracional no Brasil entre 1973 e 2014. Em sua análise, com base nas PNADs 1973, 1976, 1982, 1988, 1996 e 2014, o autor utiliza em duas diferentes abordagens para classificar as ocupações. A primeira abordagem é baseada no esquema de classes proposto por Erickson, Goldthorpe e Portocarrero (1979) – EGP. A segunda abordagem é baseada em um índice de status ocupacional conhecido como *international socio-economic index* (Isei) (Ganzeboom, Graaf e Treiman, 1992), que “hierarquiza todas as ocupações de acordo com as rendas e os níveis educacionais médios de cada uma para construir um índice de *status* ocupacional (...) frequentemente concebido como um indicador ou uma *proxy* da ‘renda permanente’ de um indivíduo”. (RIBEIRO, 2017, p.50)

Seus resultados mostram que as desigualdades de oportunidade no Brasil diminuíram ao longo desse período. Houve um aumento da fluidez na mobilidade intergeracional: a associação entre a classe de origem – dos pais, e de destino - dos filhos(as), se enfraqueceu nesse período. Além disso, pôde-se observar também uma diminuição na desigualdade de oportunidades educacionais. Mas apesar das chances terem aumentado para todos, as vantagens de renda se mantiveram inalteradas ao longo do período analisado. (RIBEIRO, 2017, p.62)

II. METODOLOGIA

Martinez *et alii* (2001) apresenta três diferentes abordagens para o estudo de mobilidade intergeracional: a mobilidade como descrição de movimento; a mobilidade como indicador de igualdade de oportunidade; e a mobilidade como indicador de igualdade de chances na vida.

Na prática, as três diferentes motivações estão, usualmente, presentes ao mesmo tempo. Os autores argumentam que a escolha da motivação é importante, e é necessário distinguir explicitamente aquela escolhida dentre as três (MARTINEZ et alii, 2001, p.519).

A primeira razão para o interesse no estudo da mobilidade (motivação) é o desejo de mensurar a que nível a posição das crianças difere daquela de seus pais. A segunda, a de mensurar a desigualdade de oportunidades, porque as matrizes de mobilidade fornecem informações para esse estudo, bem como o da desigualdade de chances na vida, terceira razão para o interesse no estudo da mobilidade intergeracional (MARTINEZ et alii, 2001, p.521 e p.522).

A abordagem de interesse para este estudo parte da primeira motivação, de tratar a mobilidade intergeracional como um conceito descritivo: uma medida de movimento que se propõe a mostrar como as posições mudam de uma geração para a outra.

Para a mensuração da mobilidade intergeracional, três abordagens são apresentadas no trabalho dos autores:

1. A abordagem estatística, com medidas *ad hoc* e matrizes de transição;
2. A abordagem axiomática, a partir de índices de mobilidade e conceitos de distância;
3. A abordagem do bem-estar.

Enquanto algumas das medidas são boas para acompanhar o movimento, nenhuma fornece uma boa indicação a respeito do grau de desigualdade de oportunidades ou da desigualdade de chances (MARTINEZ et alii, 2001, p.519).

Dentre essas, neste trabalho são utilizadas a abordagem descritiva e a abordagem econométrica. A descritiva, pelo uso de matrizes de transição de escolaridade, e, a axiomática pelo uso de testes econométricos para os dois principais modelos de mensuração da mobilidade intergeracional propostos na literatura.

Com a proposta de análise descritiva da mobilidade intergeracional educacional, são construídas matrizes de transição para calcular o grau de correspondência entre a escolaridade do pai e/ou da mãe e a de seu filho ou filha. Para a construção dessas matrizes, a amostra é restrita àqueles entre 24 e 65 anos no respectivo ano da pesquisa.

Para a análise econométrica, são testados três modelos da literatura: o modelo convencional, o modelo de dominância modificado, proposto em Korupp *et alii* (2002), e o modelo baseado no papel do mesmo sexo na transmissão da escolaridade (Sex-Role Model), como será exposto mais adiante.

Ferreira e Veloso (2003) constroem um coeficiente de persistência intergeracional para comparar a mobilidade observada nas diferentes categorias, e para comparar a mobilidade observada no Brasil àquela observada nos demais países para os quais se tem informação. Esse modelo econométrico, principal medida do grau de mobilidade pelos autores, é dado por:

$$S_{fi} = \alpha + \beta S_{pi} + \varepsilon_i \quad (1)$$

“onde S_{fi} representa a educação do filho da família i , S_{pi} representa a educação do pai da família i e ε_i é um termo estocástico com

$$E(\varepsilon_i) = 0, E(\varepsilon_i S_{pi}) = 0 \text{ e } E(\varepsilon_i^2) = \sigma_\varepsilon^2 \quad (2)$$

O coeficiente β mede o grau de persistência intergeracional de educação. A medida $1 - \beta$ é chamada de grau de regressão à média, ou grau de mobilidade intergeracional de educação.” (FERREIRA & VELOSO, 2003, p.483)

O conceito de persistência sintetizado em (1), é de que “uma sociedade apresenta maior mobilidade do que outra se a classe social dos pais na primeira sociedade tem uma importância menor na determinação da classe social dos filhos”. (FERREIRA & VELOSO, 2003, p 485)

II.1 Definição das variáveis

Assim como em Ferreira e Veloso (2003), são criados nove estratos de anos de escolaridade para representar o nível de escolaridade alcançado por ambos o respondente e seus pais. A partir desses estratos são construídas as matrizes de transição de escolaridade filho(a)-pai; filho(a)-mãe; filho-pai; filho-mãe; filha-pai; filha-mãe e ainda alguns controles para as variáveis que afetam a escolaridade dos pais e dos filhos, e que estão presentes tanto na PNAD de 1996 quanto na de 2014 (cor, região, zona rural, idade e idade ao quadrado).

Como nos dados da PNAD a variável que nos fornece a informação sobre a escolaridade dos pais é categórica, os autores propuseram transformar a variável relativa à educação do filho(a) em uma variável também categórica, para fins de comparação. (FERREIRA & VELOSO, 2003, p.486). Os autores definiram as variáveis de educação da seguinte forma:

“Atribuímos os seguintes valores para as diferentes categorias de educação dos pais. A escolaridade do pai assume valor 0, se o filho reportou que o pai tem menos de 1 ano de estudo; 2, se ele completou a primeira, segunda ou terceira série do ensino fundamental, mas não completou a quarta; 4 se ele completou a quarta série; 6, se ele completou a quinta, sexta ou sétima série, mas não completou a oitava; 8, caso tenha completado a oitava série; 10, caso tenha ensino médio incompleto; 11, caso tenha completado o ensino médio; 13, caso tenha cursado mas não completado o ensino superior; e 16, caso tenha completado a graduação. As categorias de educação dos filhos são definidas de forma análoga, com uma importante diferença. A PNAD de 1996 informa apenas se o indivíduo tem 15 anos ou mais de escolaridade. Contudo, é possível saber se ele completou ou não o ensino superior. Nesse caso, se o indivíduo reporta ter 15 anos ou mais de escolaridade e ensino superior completo, ou formação de pós-graduação, atribuímos 16 anos de escolaridade. Caso contrário, atribuímos 13 anos.” (FERREIRA & VELOSO, 2003, p.511)

Em nota de rodapé, os autores argumentaram que a escolha de restringir a amostra apenas a homens se deu para efeito de comparação da análise com a grande maioria dos artigos da literatura. Ao testar a robustez dos resultados, verificaram que, ao incluir o grau de persistência para filhas, houve pouca alteração nos resultados. (FERREIRA & VELOSO, 2003, p.486, nota 12)

No entanto, com o intuito de compreender o papel da mãe na transmissão intergeracional de educação, as matrizes e análises propostas por Ferreira e Veloso são estendidas, levando em conta também as respostas referentes à escolaridade da mãe. E, em

seguida, comparadas àquelas que consideram apenas os pais. Outra adição feita à análise dos autores é que a mulher (ou filha) é incorporada na análise e comparada ao homem (filho) no processo de transmissão intergeracional.

Além disso, para capturar os efeitos da influência da escolaridade da mãe e do pai naquela alcançada pelos filhos separadamente, foram isolados os filhos que reportaram ter apenas a mãe ou o pai no domicílio e realizou-se uma comparação entre esses dois grupos.

Para testar o modelo convencional, a estatística utilizada foi aquela proposta por Ferreira e Veloso (2003) para o cálculo da persistência intergeracional. Já para testar o modelo de dominância de Korupp *et alii* (2002), são utilizadas duas variáveis *dummy* que captam a comparação da escolaridade da mãe em relação ao pai e de seus status ocupacionais.

A primeira variável criada para o teste, a medida de dominância obtida a partir de uma *dummy* comparando a escolaridade da mãe e do pai, é construída da seguinte forma: dada a educação de cada um dos pais, a variável é conferida do valor 0 caso o pai tenha o mesmo número de anos de estudo que a mãe ou mais, e do valor 1 caso a mãe tenha mais anos de estudo que o pai.

A segunda variável de dominância é construída da mesma forma, no entanto, substituindo os anos de estudo por status ocupacional. Para se obter tal medida, este trabalho se baseia em uma ordem de ocupações obtida a partir da metodologia EGP (Erikson-Goldthorpe-Portocarrero), um esquema de classes cuja classificação é construída como se segue:

I.	Profissionais e administradores de nível alto
II.	Profissionais e administradores de nível baixo
III.	Trabalhadores não manuais de rotina
IVa.	Pequenos proprietários empregadores
IVb.	Pequenos proprietários sem empregados/conta própria
IVc.	Pequenos proprietários rurais
V/VI.	Técnicos de nível baixo, supervisores de trabalho manual e trabalhadores manuais qualificados
VIIa.	Trabalhadores manuais semi-qualificados ou não

	qualificados
VIIb.	Trabalhadores rurais/agrícolas

Dadas as classes às quais cada um dos pais é classificado, a variável de dominância obtida a partir da ocupação do pai e da mãe é construída de forma análoga àquela construída para a escolaridade. Atribui-se, desse modo, o valor 1 à variável para os filhos cuja mãe está em uma classe ocupacional de maior prestígio em relação ao pai, e 0, caso ocupem a mesma classe ou se o pai estiver em uma classe de maior prestígio que a mãe.

II.2 Modelo Econométrico

Com isso, é possível construir um modelo com a PNAD de 2014, com toda amostra de filhos e filhas, com a escolaridade do pai e da mãe e as duas *dummies* que indicam dominância educacional e ocupacional da mãe em relação ao pai, junto às variáveis *dummy* de controle, isto é, a cor/raça do filho, seu gênero, se morava em zona rural quando tinha 15 anos, a região que morava com 15 anos, sua idade e sua idade ao quadrado. O modelo especificado, portanto, terá o seguinte formato:

$$S_{fi} = B_0 + B_1 S_{pi} + B_2 S_{mi} + B_3 DM_{esci} + B_4 DM_{ocupi} + X_i + e_i \quad (1)$$

Sendo S_{pi} a escolaridade do pai, S_{mi} a escolaridade da mãe, DM_{esci} uma *dummy* de maior escolaridade da mãe em relação ao pai e DM_{ocupi} uma *dummy* de maior status ocupacional da mãe em relação ao pai. X é um vetor de variáveis de controle e e é uma variável de erro, com as mesmas premissas do modelo anterior.

Desse modo, temos que a influência tanto do pai quanto da mãe na escolaridade dos filhos se dá pela expressão $B_1 + B_2$, enquanto o efeito total da dominância da mãe sobre a educação formal dos filhos é representado pela expressão $B_3 + B_4$. Assim, é possível reproduzir com suficiente fidelidade o modelo de Korupp *et alii* (2002) para os dados brasileiros, para testar se de fato há também no país influência da dominância educacional e sócio ocupacional da mãe na escolaridade dos filhos.

E ainda, para testar a existência de uma possível transmissão baseada no Sex-Role Model, ou seja, para testar se há uma maior transmissão da escolaridade e ocupação das mães sobre as mulheres e da escolaridade do pai sobre os homens, um segundo modelo, incluindo

as interações entre as variáveis da mãe relacionadas à *dummy* de sexo feminino e entre a escolaridade do pai e a *dummy* de sexo masculino, é apresentado como se segue:

$$S_{fi} = B_0 + B_1S_{pi} + B_2S_{mi} + B_3DM_{esci} + B_4DM_{ocupi} + B_5S_{mi}F_{fi} + B_6S_{pi}F_{hi} + B_7DM_{esci}S_{fai} + B_8DM_{ocupi}S_{fai} + X_i + e_i \quad (2)$$

A variável F diz respeito ao sexo do respondente, sendo F_{fi} a mulher (filha) e F_{hi} o homem (filho).

II.3. Base de dados

A análise proposta é realizada utilizando primeiramente os dados do suplemento de mobilidade sócio ocupacional da PNAD de 2014. O universo de respondentes considerados são todos os indivíduos com respostas válidas sobre sua própria educação e a de seus pais.

Em segundo lugar, é feita uma comparação dos resultados baseados nos dados da PNAD de 2014 com os resultados encontrados nos dados do suplemento de mobilidade sócio ocupacional da PNAD de 1996, para avaliar a evolução da influência da escolaridade dos pais e da dominância da mãe na educação dos filhos.

Assim, a fim de compatibilização, as respostas da PNAD 2014 referentes à área rural da Região Norte, com exceção do Tocantins, foram desconsideradas/excluídas da base de dados utilizada. Além disso, é retirada do modelo a dominância sócio ocupacional da mãe, por incompatibilidade entre as categorias ocupacionais das duas PNADs. É avaliada, portanto, apenas a evolução da influência da dominância educacional da mãe sobre a escolaridade dos filhos.

Algumas variáveis *dummy* de controle, que dizem respeito à moradia tanto em zona rural quando tinha 15 anos quanto à região que morava com 15 anos, por não existirem na PNAD de 1996, tiveram que ser substituídas pelas perguntas, mas no tempo corrente.

III. ANÁLISE DOS RESULTADOS

III.1. Matrizes de transição

Para analisar essa transmissão a partir da distribuição educacional dos filhos(as) condicionadas à escolaridade dos pais, podemos então observar as matrizes de transição de educação. A matriz de transição nos mostra a parcela de filhos(as) que representam cada nível de escolaridade dado o nível de escolaridade alcançado pelo pai ou pela mãe.

A diagonal principal nos mostra a frequência da imobilidade nas matrizes de transição. Ou seja, todas as frequências registradas na diagonal principal indicam a parcela dos indivíduos que alcançaram escolaridade igual àquela alcançada pelo pai e/ou pela mãe.

Para 1996, ao analisarmos a diagonal principal das matrizes de transição apresentadas nas Tabelas 1 e 2, pai-filho(a) e mãe-filho(a), respectivamente, podemos perceber que os valores encontrados na diagonal principal são altos, indicando uma alta parcela de imobilidade dentre os respondentes.

Além disso, a maior parte dos valores abaixo da diagonal principal são baixos e significativamente menores do que aqueles que estão acima da diagonal. Isso representa uma maior mobilidade ascendente e pequena mobilidade descendente. Mais especificamente, 67,6% de mobilidade ascendente 25,1% de imobilidade e 7,3% de mobilidade descendente pela matriz pai-filho(a) e 71,3%, 23,5% e 5,2% pela matriz mãe-filho(a), respectivamente.

Podemos observar também que os extremos da distribuição possuem uma maior frequência, essa forte persistência nos extremos da distribuição parecem se relacionar com alta desigualdade e podem sugerir também uma barreira no acesso ao ensino no extremo inferior da distribuição.

A persistência é mais elevada no topo da distribuição, e, pelo argumento de Ferreira e Veloso (2003) apresentado anteriormente, essa forte persistência poderia ser explicada por

uma limitação da variável educação que, superiormente, corresponde a 16 anos de estudo (ensino superior completo) - grau de escolaridade mais elevado registrado pela PNAD.

TABELA 1:
MATRIZ DE TRANSIÇÃO DE EDUCAÇÃO PAI-FILHO(A) — AMOSTRA INTEGRAL 1996
[em %]

Escolaridade do pai	Escolaridade do(a) filho(a)									
	0	2	4	6	8	10	11	13	16	
0	32.6	23.9	18.6	11.1	5.8	1.6	4.7	0.7	1.0	
2	9.6	18.8	22.3	17.3	10.9	3.3	11.9	2.1	3.7	
4	3.3	6.5	16.7	15.4	14.6	5.4	21.9	5.6	10.7	
6	2.7	5.1	8.5	16.8	12.8	8.3	25.9	6.8	13.1	
8	1.7	2.8	4.6	9.8	13.9	5.8	29.9	9.2	22.4	
10	0.6	2.0	2.1	8.0	7.6	6.1	33.2	10.1	30.4	
11	0.5	1.9	2.0	5.2	6.6	5.1	32.1	11.9	34.8	
13	0.6	2.0	4.0	4.9	8.2	5.1	25.6	14.6	35.2	
16	0.7	0.8	1.3	3.2	4.2	2.5	19.0	11.6	56.7	

Fonte: Elaboração do autor com base na PNAD 1996. A mediana está sombreada.

TABELA 2:
MATRIZ DE TRANSIÇÃO DE EDUCAÇÃO MÃE-FILHO(A) — AMOSTRA INTEGRAL 1996
[em %]

Escolaridade da mãe	Escolaridade do(a) filho(a)									
	0	2	4	6	8	10	11	13	16	
0	29.9	23.5	19.6	11.8	6.5	1.8	5.0	0.8	1.2	
2	7.9	17.4	21.2	18.4	11.8	3.8	13.1	2.4	4.0	
4	2.5	6.1	15.6	15.2	14.5	5.5	23.4	5.6	11.6	
6	3.2	4.7	7.1	15.6	13.8	7.1	26.6	6.8	15.1	
8	1.0	2.2	2.9	6.6	9.9	6.0	32.2	11.7	27.7	
10	1.2	1.9	2.9	6.7	5.4	4.5	30.4	11.8	35.3	
11	0.7	1.1	2.5	4.3	5.5	4.1	28.2	11.3	42.4	
13	0.0	0.4	0.7	5.6	6.1	2.1	17.3	11.0	56.8	
16	0.6	0.5	1.1	1.8	3.2	2.9	16.4	16.0	57.6	

Fonte: Elaboração do autor com base na PNAD 1996. A mediana está sombreada.

Outro ponto importante é que, dado que mais de 40% dos respondentes da amostra reportaram pais e mães com nenhuma escolaridade (41,1% referindo-se aos pais e 48,5% referindo-se às mães), os resultados de mobilidade observados a partir dessa categoria (pai/mãe com escolaridade = 0) tem maior peso no padrão de mobilidade para toda a amostra.

A comparação entre as matrizes de transição pai-filho(a) e mãe-filho(a) para 1996 mostram pequena diferença entre as taxas de correspondência. Na primeira observação da diagonal principal, podemos perceber que a persistência educacional na matriz pai-filho(a) tem uma frequência um pouco maior do que a aquela observada na matriz mãe-filho(a).

O inverso pode ser observado no topo da distribuição, por exemplo, dos filhos que completaram o ensino superior (16 anos de escolaridade), a parcela daqueles com mães com 13 anos de escolaridade (ensino superior incompleto) é bem maior do que aquela observada na matriz pai-filho(a). Enquanto na matriz pai-filho(a) a parcela dessa correspondência é de 35,2%, na matriz mãe-filho(a), ela é de 56,8%.

TABELA 3:
MATRIZ DE TRANSIÇÃO DE EDUCAÇÃO PAI-FILHO(A) — AMOSTRA INTEGRAL 2014
[em %]

Escolaridade do pai	Escolaridade do(a) filho(a)								
	0	2	4	6	8	10	11	13	16
0	8.7	8.3	9.5	12.5	10.3	4.8	27.4	6.4	12.1
2	4.6	7.5	11.6	14.4	11.0	6.3	28.6	6.2	9.8
4	2.3	2.8	6.8	10.1	12.0	4.8	37.1	8.6	15.5
6	1.7	3.2	2.2	9.4	9.2	8.0	39.2	8.6	18.5
8	2.1	1.4	1.9	4.7	8.3	4.4	41.3	12.5	23.5
10	1.7	1.5	0.2	4.7	3.3	6.0	42.2	17.0	23.4
11	0.7	0.4	0.8	2.3	3.7	2.7	34.5	16.0	38.9
13	0.0	0.0	1.4	0.0	0.0	1.3	14.8	21.4	61.1
16	0.3	0.1	0.1	1.4	1.2	1.4	12.0	14.1	69.5

Fonte: Elaboração do autor com base na PNAD 2014. A mediana está sombreada.

TABELA 4:
MATRIZ DE TRANSIÇÃO DE EDUCAÇÃO MÃE-FILHO(A) — AMOSTRA INTEGRAL 2014
[em %]

Escolaridade da mãe	Escolaridade do(a) filho(a)								
	0	2	4	6	8	10	11	13	16
0	8.8	8.5	9.7	12.6	10.3	4.7	27.1	6.3	12.0
2	4.4	7.3	9.9	15.6	11.1	6.3	29.9	6.1	9.4
4	2.0	2.6	6.2	10.4	11.9	5.3	37.8	9.2	14.5
6	1.2	1.8	3.3	10.8	8.6	7.5	40.5	12.5	13.9
8	1.5	1.5	1.8	5.1	7.7	4.5	42.6	12.5	22.9
10	0.5	1.0	0.6	5.0	3.6	7.9	44.5	16.5	20.6
11	1.2	0.6	0.9	2.8	3.4	3.0	32.6	14.9	40.6

13	1.9	0.0	1.2	1.2	2.0	0.8	16.5	23.3	53.1
16	0.5	0.2	0.2	1.0	1.6	1.7	16.2	14.9	63.9

Fonte: Elaboração do autor com base na PNAD 2014. A mediana está sombreada.

Para 2014 a maior diferença entre os resultados de mobilidade entre as matrizes pai-filho(a) (Tabela 3) e mãe-filho(a) (Tabela 4) é de 8 pontos percentuais, na mesma correspondência destaca para 1996, mas com resultado inverso: enquanto na matriz pai-filho(a) a parcela de respondentes com 16 anos de escolaridade que tinham pais com ensino superior incompleto é de 61,1%, já na matriz mãe-filho(a), essa correspondência é de 53,1%.

Para as demais observações das matrizes de 2014 a diferença fica em torno de 1%. Logo, a percepção de uma diferença entre a transmissão do nível de escolaridade dos pais para os filhos(as) e das mães para os filhos(as) a partir dessas matrizes parece não ser significativo em nenhum dos dois anos, mas é ainda menor em 2014.

Ao observarmos a diagonal principal podemos perceber uma redução da frequência observada nessa diagonal frente à um aumento das frequências obtidas acima desta. Para a matriz pai-filho(a) a imobilidade observada é de 9,3%, a mobilidade ascendente, 89,% e a mobilidade descendente 0,7% e, para a matriz mãe-filho(a), 9,4%, 89,7% e 0,9%, respectivamente. Os resultados para 2014 revelam valores muito mais próximos do que aquele observado entre as matrizes de 1996.

Podemos perceber também que, para 2014, a mediana da distribuição educacional entre os indivíduos que reportaram quatro e 10 anos de escolaridade do pai e quatro e 11 anos de escolaridade da mãe sugere que a maior concentração dos respondentes está na faixa de 11 anos de escolaridade. Isso indica um ganho de mobilidade em comparação ao padrão de mobilidade observado em 1996. No entanto, parece indicar também a persistência de uma barreira no acesso ao ensino superior.

A persistência nos extremos da distribuição mantém-se elevada em 2014. No entanto, podemos observar também uma elevação na frequência do extremo superior, corroborando com o argumento de Torche (2014) de que os altos níveis de concentração econômica na América Latina são caracterizados por uma grande concentração de renda no topo da distribuição.

Além disso, na comparação com os resultados de 1996, há uma drástica redução da persistência no extremo inferior, que pode estar relacionada à universalização do acesso ao ensino.

Também podemos observar esse padrão de mobilidade a partir dos gráficos 1 e 2, que apresentam a probabilidade de o filho permanecer exatamente na mesma categoria educacional do pai. O Gráfico 1 mostra os resultados para 1996 e o Gráfico 2 o padrão para 2014.

GRÁFICO 1
IMOBILIDADE INTERGERACIONAL DE EDUCAÇÃO – 1996
 [probabilidade (escolaridade do pai/mãe = escolaridade do filho/filha) – em %]

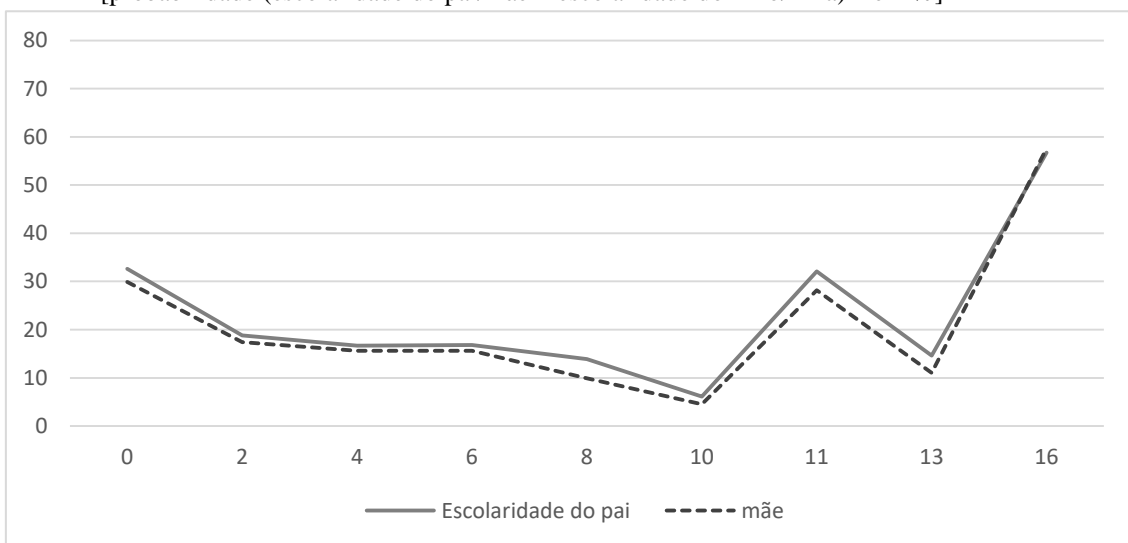
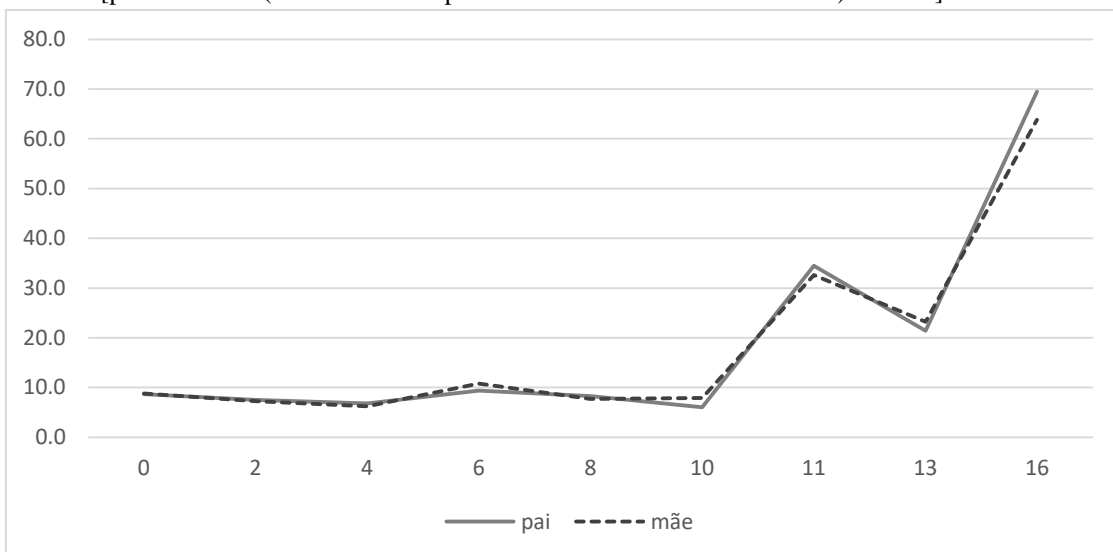


GRÁFICO 2
MOBILIDADE INTERGERACIONAL DE EDUCAÇÃO – 2014
 [probabilidade (escolaridade do pai/mãe = escolaridade do filho/filha) – em %]



Para os dois anos, a transmissão observada nas matrizes pai-filho(a) e mãe-filho(a) seguem um mesmo padrão. Para 1996, os três pontos máximos observados no gráfico, tanto para a matriz pai-filho(a), quanto para a matriz mãe-filho(a), para pais e mães com zero, 11 e 16 anos de escolaridade. Analogamente, para 2014 observamos apenas dois pontos máximos em 11 e 16 anos de escolaridade para pais e mães. A idade de 16 anos é o ponto de máximo global para os dois períodos analisados, o que parece indicar uma forte e crescente persistência nesse extremo da distribuição.

Já ao fazer a análise para homem e mulher de forma isolada (matrizes pai-filho, pai-filha, mãe-filho e mãe-filha), as taxas obtidas nos mostram que, para 1996, a comparação entre os sexos não apresenta resultados diferentes daqueles já obtidos antes da distinção.

Já para 2014, no entanto, a comparação mostra que a mobilidade ascendente observada nessas matrizes é dois pontos percentuais maior para a mulher (filha) do que para o homem (filho), tanto nas matrizes que consideram a mãe quanto nas que consideram o pai. A mobilidade descendente não difere. É a imobilidade que, em contrapartida, é dois pontos percentuais menor para a mulher em comparação ao homem.

III.2. Modelos de transmissão familiar de educação

Os resultados são apresentados a seguir, com o modelo apenas com as escolaridades da mãe e do pai e a dominância (1) e o modelo completo (2) apresentados na metodologia. Além disso, para fins de comparação, inclui ainda um modelo apenas com a escolaridade de cada pai ou responsável (3) e, por fim, um modelo com as escolaridades da mãe e do pai e as interações escolaridade (4).

TABELA 5:
MODELOS DE TRANSMISSÃO FAMILIAR DE EDUCAÇÃO - 2014
[variável dependente: escolaridade do/a filho/a]

	(1)	(2)	(3)	(4)
Escolaridade do pai	0.242***	0.252***	0.203***	0.207***
Escolaridade da mãe	0.222***	0.202***	0.278	0.263
Dominância escolaridade mãe	0.692***	0.759***		
Dominância EGP mãe	0.2486**	0.210		
Interação escolaridade mãe		0.039		0.030
Interação escolaridade pai		-0.021		-0.009
Interação dominância escolaridade mãe		-0.134		
Interação dominância EGP mãe		0.070		

R ²	0.436	0.4361	0.434	0.4342
----------------	-------	--------	-------	--------

Fonte: Regressões estimadas pelo autor com base na PNAD 2014.

Como pode se ver as interações não apresentam significância nem a 10%, tanto em (2) quanto em (4), o que significa que não há um padrão de transmissão diferente do pai ou da mãe para filhos do sexo feminino em relação ao masculino. Além disso, tanto (1) quanto (2) apresentam significativa e relevante coeficiente positivo para a dominância da educação da mãe, o que significa que, de fato, a mãe ter mais escolaridade na família tem um efeito positivo na escolaridade do filho ou da filha.

Já para a dominância sócio ocupacional da mãe, os resultados são dúbios. Enquanto em (1), ela apresenta um baixo coeficiente, significativo a 5%, em (2) ela perde significância a 10%. No entanto, como as demais variáveis de interação se mostraram sem significância no modelo, argumentar-se-ia que o modelo (1) é o mais apropriado para explicar a escolaridade dos filhos e filhas.

As variáveis de escolaridade do pai ficam em torno de 0,25 em (1) e (2), e caem para próximo de 0,2 em (3) e (4). Isso significa que o efeito dos anos de estudo do pai sobre os dos filhos é subestimado quando não levada em consideração a dominância da mãe. O inverso pode se dizer da escolaridade da mãe, cujo efeito cresce de em torno de 0,2 em (1) e (2) para pouco mais de 0,25 em (3) e (4), indicando sobre estimação de seu efeito quando não controlada pela dominância da mãe.

O padrão de R² nos modelos também indica que as interações têm efeito explicativo nulo no modelo, tendo em vista que, tanto de (3) para (4) quanto de (1) para (2), ele aumenta apenas 0,0001. Ao mesmo tempo, tanto de (3) para (1) quanto de (4) para (2), o R² cresce 0,002, indicando um efeito explicativo pequeno, mas relevante, da dominância da mãe na família para a escolaridade dos filhos.

Na comparação entre 1996 e 2014, com controles diferentes dos usados previamente, temos resultados bastante diversos dos encontrados anteriormente, sugerindo uma endogeneidade na região onde a pessoa mora e se é uma cidade rural com a sua escolaridade. Tal como mostra a tabela abaixo, temos que a dominância de educação da mãe perde significância no seu efeito geral, tanto em 1996 quanto em 2014, porém, neste último, sua interação com a variável indicando sexo feminino do filho torna-se significativa a 1%,

indicando que a dominância da mãe passou a ser relevante apenas para escolaridade das filhas.

TABELA 6:
TRANSMISSÃO FAMILIAR DE EDUCAÇÃO COMPARADA - 1996 E 2014
[variável dependente: escolaridade do/a filho/a]

	1996	2014
Escolaridade do pai	0.431***	0.178***
Escolaridade da mãe	0.414***	0.229***
Dominância escolaridade mãe	-0.024	0.135
Interação escolaridade mãe	-0.073***	-0.0175
Interação escolaridade pai	0.049***	0.029**
Interação dominância escolaridade mãe	0.101	0.378***
R ²	0.4512	0.3855

Fonte: Regressões estimadas pelo autor com base nas PNADs 1996 e 2014.

Ao mesmo tempo, em 1996 a interação dessa variável com a educação da mãe apresentava um coeficiente negativo e significativo, enquanto com a do pai apresentava um coeficiente positivo e significativo – ou seja, a educação dos pais era transmitida em maior intensidade para as filhas, enquanto a das mães tinha maior efeito sobre a escolaridade dos filhos. Já em 2014, apenas a interação com a educação do pai se manteve significativa, contudo com uma drástica redução do coeficiente, de 0,45 para 0,03, e da significância, antes de 1% para 5% depois.

Por fim, como esperado, há uma grande redução do efeito da escolaridade tanto do pai quanto da mãe sobre a educação dos filhos, independentemente do sexo. Em 1996, um ano de educação acima da média do pai representava 0,43 anos acima da média dos filhos, enquanto para mãe esse efeito era de 0,41. Dezoito anos mais tarde, esses coeficientes se reduziram, respectivamente, para 0,18 e 0,23, indicando um menor papel da educação tanto do pai quanto da mãe para a escolaridade dos filhos, mas um aumento relativo do papel da mãe para a transmissão de educação na família.

CONCLUSÃO

Esse estudo teve como objetivo investigar o papel da mulher/mãe no processo de transmissão intergeracional de educação no Brasil. Para tanto, foram feitos testes para descobrir qual modelo de mobilidade intergeracional presente na literatura mais se adequava aos resultados.

Ao revisar a literatura foi possível perceber que esse é um tema muito estudado e fonte de grandes debates desde os anos 1970 com Acker (1973), Goldthorpe (1983) e Delphy (1984) a frente do primeiro debate sobre o papel da mãe no processo de transmissão intergeracional.

Para analisar os dados disponíveis nos suplementos das PNADs 1996 e 2014 foi feita uma comparação entre os resultados de mobilidade da mãe e do pai a partir da construção de matrizes de transição pai-filho(a) e mãe-filho(a). Além disso, foram estudados os movimentos lineares/não-lineares dessas matrizes.

Na comparação entre as matrizes pai-filho(a) e mãe-filho(a) não há muita diferença entre as frequências observadas nas correlações das matrizes.

Podemos observar também que os extremos da distribuição possuem uma maior frequência. Essa forte persistência nos extremos da distribuição parecem se relacionar com a alta desigualdade e podem sugerir também uma barreira no acesso ao ensino no extremo inferior da distribuição.

Dentre os modelos estudados pôde-se perceber que a associação entre os sexos do pai e da mãe com o sexo do(a) filho(a) não tem um padrão de transmissão diferente. Logo, os resultados parecem não dar suporte ao modelo baseado na influência do pai de mesmo sexo (Sex-Role Model). E, pelos valores observados em R^2 essas interações mostraram ter efeito explicativo nulo no modelo.

Além disso, a partir do resultado positivo e significativo do teste de dominância para a educação da mãe podemos concluir que a maior escolaridade da mãe em relação ao pai gera um efeito positivo na escolaridade do filho ou da filha.

No entanto, quando olhamos para a dominância sócio ocupacional da mãe os resultados são mais fracos e com pouca significância. Logo, a dominância a partir da ocupação da mãe comparada ao pai parece não resultar em ganhos na escolaridade dos filhos.

Na comparação entre 1996 e 2014 das regressões, muito se perdeu pela falta dos dados da região onde a pessoa morava aos 15 anos e se, nessa idade, morava em área rural ou urbana, levando a uma endogeneidade desses fatores e, por consequência, a resultados diferentes daqueles observados nas regressões anteriores.

No entanto, como esperado, o que pode se observar na comparação entre 1996 e 2014 é uma grande redução do efeito da escolaridade tanto do pai quanto da mãe sobre a educação dos filhos, independentemente do sexo, mas um aumento relativo do papel da mãe para a transmissão de educação na família.

A partir de toda investigação feita de coleta e análise dos dados podemos concluir que, para o Brasil, a partir da análise comparada entre pai e mãe em 1996 e 2014, o papel da mãe é tão importante ou até mais importante que o do pai na transmissão intergeracional de escolaridade.

APÊNDICE

TABELA A.1:
MATRIZ DE TRANSIÇÃO DE EDUCAÇÃO PAI-FILHO(A) — NORDESTE 1996
[em %]

Escolaridade do pai	Escolaridade do(a) filho(a)									
	0	2	4	6	8	10	11	13	16	
0	49.0	23.1	10.8	7.7	3.6	1.0	4.0	0.3	0.6	
2	19.3	22.3	14.3	14.0	8.4	2.9	14.1	1.4	3.2	
4	6.2	7.7	9.5	15.6	11.5	5.7	29.1	4.6	10.3	
6	3.6	8.2	7.8	16.3	9.9	7.0	28.9	5.9	12.5	
8	1.7	2.3	4.6	8.7	9.3	6.8	37.9	6.3	22.4	
10	0.8	2.9	2.6	6.1	3.9	7.1	40.2	8.8	27.6	
11	0.9	1.5	2.7	4.6	4.7	5.1	40.0	7.3	33.2	
13	0.0	1.5	5.6	6.6	10.2	6.8	25.3	5.9	38.1	
16	1.1	0.5	0.3	2.9	3.1	2.6	23.5	11.9	54.1	

Fonte: Elaboração do autor com base na PNAD 1996. A mediana está sombreada.

TABELA A.2:
MATRIZ DE TRANSIÇÃO DE EDUCAÇÃO MÃE-FILHO(A) — NORDESTE 1996
[em %]

Escolaridade da mãe	Escolaridade do(a) filho(a)									
	0	2	4	6	8	10	11	13	16	
0	47.9	23.1	10.9	8.1	3.9	1.1	4.1	0.4	0.6	
2	16.8	21.7	14.4	15.5	9.0	3.3	15.2	1.1	3.1	
4	4.4	7.6	10.1	14.3	11.7	5.8	30.0	4.7	11.5	
6	5.2	6.4	8.4	15.6	10.8	6.0	31.4	3.7	12.6	
8	0.8	2.7	2.5	5.5	9.2	6.5	37.9	8.8	26.0	
10	0.4	0.8	1.9	6.2	5.2	3.3	44.7	7.2	30.4	
11	1.1	1.0	2.4	5.8	3.9	4.8	35.2	10.2	35.5	
13	0.0	3.7	0.0	0.0	0.0	3.7	7.4	7.4	77.8	
16	0.0	0.3	0.0	2.4	2.6	2.4	25.0	10.6	56.8	

Fonte: Elaboração do autor com base na PNAD 1996. A mediana está sombreada.

TABELA A.3:
MATRIZ DE TRANSIÇÃO DE EDUCAÇÃO PAI-FILHO(A) — SUDESTE 1996
[em %]

Escolaridade do pai	Escolaridade do(a) filho(a)									
	0	2	4	6	8	10	11	13	16	
0	22.2	24.0	25.2	11.8	7.5	2.0	5.0	0.9	1.4	

2	6.9	17.4	26.0	16.4	12.2	3.2	11.5	2.4	4.0
4	2.8	5.9	18.6	13.7	15.7	5.1	20.8	6.2	11.3
6	2.2	4.3	10.6	15.7	13.2	8.7	24.5	7.1	13.7
8	1.8	2.9	4.7	9.2	15.8	5.1	27.5	10.0	23.0
10	0.5	1.6	1.3	8.7	8.4	6.5	29.7	10.0	33.3
11	0.3	1.9	1.7	4.9	6.8	4.8	30.1	13.3	36.2
13	0.0	2.0	4.9	5.3	8.5	5.3	24.4	13.3	36.3
16	0.4	0.9	1.8	2.6	4.4	2.4	17.9	11.2	58.4

Fonte: Elaboração do autor com base na PNAD 1996. A mediana está sombreada.

TABELA A.4:
MATRIZ DE TRANSIÇÃO DE EDUCAÇÃO MÃE-FILHO(A) — SUDESTE 1996
[em %]

Escolaridade da mãe	Escolaridade do(a) filho(a)									
	0	2	4	6	8	10	11	13	16	
0	20.0	22.9	25.7	12.7	8.4	2.2	5.6	1.1	1.5	
2	5.2	15.7	24.6	17.1	13.6	3.6	12.5	3.0	4.7	
4	2.1	5.6	17.0	13.4	15.1	5.3	23.1	6.1	12.4	
6	2.8	3.1	7.9	13.8	15.9	7.2	24.6	8.0	16.8	
8	1.1	2.0	3.1	5.0	9.5	5.2	30.8	13.5	29.9	
10	1.4	2.3	1.7	7.0	6.9	5.2	23.2	13.2	39.1	
11	0.6	1.1	2.6	3.3	6.1	3.7	25.4	11.5	45.8	
13	0.0	0.0	0.0	8.6	4.8	1.7	15.3	9.9	59.8	
16	0.8	0.6	1.3	1.1	3.1	2.4	12.0	16.5	62.2	

Fonte: Elaboração do autor com base na PNAD 1996. A mediana está sombreada.

TABELA A.5:
MATRIZ DE TRANSIÇÃO DE EDUCAÇÃO PAI-FILHO(A) — NORDESTE 2014
[em %]

Escolaridade do pai	Escolaridade do(a) filho(a)									
	0	2	4	6	8	10	11	13	16	
0	16.3	12.3	8.8	13.0	8.6	4.6	24.3	4.5	7.5	
2	8.0	8.9	8.9	12.1	8.5	7.8	30.5	6.0	9.4	
4	3.9	4.1	5.6	10.9	7.9	6.0	38.6	7.8	15.3	
6	5.1	6.1	0.5	12.8	3.7	5.2	44.5	6.7	15.4	
8	3.6	1.6	2.2	5.9	8.4	3.8	43.2	11.3	20.2	
10	5.2	0.0	0.0	5.2	6.2	4.4	41.4	18.5	19.2	
11	1.0	0.5	1.4	3.8	4.4	5.1	39.9	13.9	30.1	
13	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	28.1	9.9	62.1	
16	0.3	0.9	0.0	1.3	1.7	3.2	17.3	14.9	60.3	

Fonte: Elaboração do autor com base na PNAD 2014. A mediana está sombreada.

TABELA A.6:
MATRIZ DE TRANSIÇÃO DE EDUCAÇÃO MÃE-FILHO(A) — NORDESTE 2014
[em %]

Escolaridade da mãe	Escolaridade do(a) filho(a)								
	0	2	4	6	8	10	11	13	16
0	16.5	12.4	9.0	13.1	8.6	4.6	24.0	4.4	7.4
2	7.6	10.1	7.3	15.3	8.8	7.0	31.1	5.5	7.5
4	3.5	4.6	4.9	11.7	9.2	7.0	39.9	7.0	12.2
6	1.8	1.8	4.1	13.7	7.0	9.5	38.4	10.0	13.7
8	3.6	3.1	1.6	7.5	7.2	4.0	43.3	11.1	18.7
10	1.6	3.6	0.9	5.8	2.8	3.7	43.8	17.0	20.8
11	1.6	1.2	1.0	4.8	4.2	4.8	40.1	13.0	29.3
13	0.0	0.0	0.0	0.0	2.0	0.0	33.2	16.7	48.1
16	0.0	0.6	0.9	2.0	2.3	3.6	23.2	16.3	51.1

Fonte: Elaboração do autor com base na PNAD 2014. A mediana está sombreada.

TABELA A.7:
MATRIZ DE TRANSIÇÃO DE EDUCAÇÃO PAI-FILHO(A) — SUDESTE 2014
[em %]

Escolaridade do pai	Escolaridade do(a) filho(a)								
	0	2	4	6	8	10	11	13	16
0	5.1	6.5	10.2	11.3	11.0	4.6	29.6	7.3	14.5
2	3.2	7.4	12.0	14.4	11.3	6.0	29.9	6.5	9.4
4	1.8	2.7	6.6	9.7	11.8	4.5	38.3	8.6	16.1
6	0.3	2.6	2.6	8.7	10.2	9.3	39.0	8.8	18.6
8	1.8	1.3	1.9	3.6	8.4	3.7	40.8	13.6	25.0
10	0.0	2.6	0.0	8.3	2.6	4.2	46.0	16.4	19.9
11	0.5	0.3	0.7	1.8	3.4	1.7	33.8	16.4	41.5
13	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	2.5	14.9	19.1	63.5
16	0.2	0.0	0.2	1.4	0.9	0.8	11.5	14.0	71.1

Fonte: Elaboração do autor com base na PNAD 2014. A mediana está sombreada.

TABELA A.8:
MATRIZ DE TRANSIÇÃO DE EDUCAÇÃO MÃE-FILHO(A) — SUDESTE 2014
[em %]

Escolaridade da mãe	Escolaridade do(a) filho(a)								
	0	2	4	6	8	10	11	13	16
0	5.1	6.7	10.4	11.4	11.0	4.5	29.4	7.1	14.4
2	3.3	7.3	9.9	15.3	11.8	5.5	31.1	6.3	9.6
4	1.4	2.2	6.0	9.7	11.9	4.9	38.6	9.9	15.5
6	0.4	2.0	3.4	9.0	8.9	6.3	42.2	13.0	14.7
8	0.9	0.7	1.9	4.0	7.4	3.9	45.1	12.7	23.5

10	0.0	0.0	0.0	5.4	4.7	11.1	50.9	13.0	15.0
11	0.7	0.6	0.8	1.8	2.6	2.0	31.0	14.8	45.8
13	4.3	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	2.9	31.9	61.0
16	0.3	0.0	0.0	0.4	1.0	1.0	14.6	15.2	67.5

Fonte: Elaboração do autor com base na PNAD 2014. A mediana está sombreada.

TABELA A.9:
MATRIZ DE TRANSIÇÃO DE EDUCAÇÃO PAI-FILHO(A) — RURAL 1996
[em %]

Escolaridade do pai	Escolaridade do(a) filho(a)									
	0	2	4	6	8	10	11	13	16	
0	48.8	27.3	14.3	5.4	2.1	0.4	1.4	0.2	0.1	
2	18.5	28.6	27.2	12.7	5.7	1.3	4.7	0.7	0.7	
4	8.4	14.7	28.4	20.5	10.8	3.6	9.5	1.7	2.4	
6	7.7	8.8	14.5	18.7	11.6	6.9	15.4	6.5	9.9	
8	5.4	12.7	13.7	11.4	13.2	5.4	21.8	2.7	13.9	
10	0.0	0.0	2.3	12.0	12.3	5.8	44.8	5.7	17.2	
11	2.9	0.6	5.4	6.7	7.4	7.3	33.3	10.5	25.9	
13	0.0	12.3	25.6	11.4	13.2	0.0	24.3	13.2	0.0	
16	3.0	5.9	3.0	7.7	0.7	3.3	14.0	19.8	42.5	

Fonte: Elaboração do autor com base na PNAD 1996. A mediana está sombreada.

TABELA A.10:
MATRIZ DE TRANSIÇÃO DE EDUCAÇÃO MÃE-FILHO(A) — RURAL 1996
[em %]

Escolaridade da mãe	Escolaridade do(a) filho(a)									
	0	2	4	6	8	10	11	13	16	
0	46,9	28,2	15,3	5,7	2,3	0,4	1,1	0,1	0,1	
2	16,2	27,7	27,2	14,1	6,0	1,8	5,7	0,7	0,6	
4	6,2	13,5	31,1	20,1	12,3	3,3	8,9	2,0	2,6	
6	7,2	10,0	12,1	22,8	7,4	5,0	24,1	5,1	6,4	
8	1,6	4,3	5,2	15,7	13,9	6,4	23,2	8,7	21,0	
10	0,0	5,6	10,8	8,0	2,5	1,5	29,8	10,5	31,4	
11	3,6	1,7	5,9	6,8	6,6	5,1	34,2	9,3	26,7	
13	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	
16	5,5	0,0	0,0	5,8	10,1	0,0	16,1	22,0	40,6	

Fonte: Elaboração do autor com base na PNAD 1996. A mediana está sombreada.

TABELA A.11:
MATRIZ DE TRANSIÇÃO DE EDUCAÇÃO PAI-FILHO(A) — RURAL 2014
[em %]

Escolaridade do pai	Escolaridade do(a) filho(a)									
	0	2	4	6	8	10	11	13	16	

0	19,58	11,8	5,91	35,56	7,03	4,1	12,09	1,25	2,69
2	5,92	11,08	8,2	30,98	9,64	6,4	19,49	2,45	5,85
4	2,82	3,25	7,47	24,65	13,35	4,48	31,46	2,42	10,11
6	3,55	4,23	2,27	28,56	8,4	10,57	22,78	0	19,66
8	6,52	4,09	1,19	19,38	13,42	3,5	31,35	8,87	11,68
10	12,14	0	0	5,4	0	0	49,47	4,08	28,92
11	0	0,45	3,23	13,25	2,78	5,26	53,52	7,99	13,53
13	0	0	0	0	0	0	0	0	0
16	0	0	0	0	7,35	4,16	16,93	12,95	58,62

TABELA A.12:
MATRIZ DE TRANSIÇÃO DE EDUCAÇÃO MÃE-FILHO(A) — RURAL 2014
[em %]

Escolaridade da mãe	Escolaridade do(a) filho(a)									
	0	2	4	6	8	10	11	13	16	
0	20,15	12,5	6,49	35,32	7,34	4	11,08	0,89	2,23	
2	4,86	9,61	7,02	33,8	9,06	5,98	20,59	2,46	6,61	
4	3,02	3,13	7,14	24,42	13,17	5,75	29,5	3,71	10,15	
6	2,85	0	6,29	28,99	5,03	6,86	36,67	4,1	9,2	
8	3,54	2,85	0,99	19,94	8,57	4,95	37,2	6,63	15,32	
10	0	0	0	9,36	0	22,73	26,97	16,98	23,96	
11	2,29	0,69	0,54	18,45	5,41	7,47	38,25	8,18	18,71	
13	0	0	0	0	0	0	0	0	100	
16	6,74	2,6	0	3,4	13,43	0	32,18	11,99	29,66	

TABELA A.13:
MATRIZ DE TRANSIÇÃO DE EDUCAÇÃO PAI-FILHO(A) — URBANO 1996
[em %]

Escolaridade do pai	Escolaridade do(a) filho(a)									
	0	2	4	6	8	10	11	13	16	
0	26,42	22,67	20,22	13,3	7,19	2,08	5,94	0,86	1,33	
2	7,49	16,49	21,18	18,32	12,19	3,81	13,59	2,49	4,44	
4	2,81	5,7	15,58	14,91	14,99	5,52	23,09	5,93	11,47	
6	2,42	4,95	8,15	16,69	12,89	8,39	26,45	6,77	13,29	
8	1,52	2,44	4,26	9,74	13,89	5,82	30,22	9,38	22,73	
10	0,59	2,17	2,1	7,7	7,32	6,09	32,4	10,36	31,27	
11	0,44	1,89	1,93	5,14	6,6	5,01	32,02	11,91	35,06	
13	0,57	1,54	3,13	4,59	7,95	5,28	25,64	14,64	36,65	
16	0,61	0,69	1,24	3,06	4,29	2,5	19,13	11,38	57,09	

Fonte: Elaboração do autor com base na PNAD 1996. A mediana está sombreada.

TABELA A.14:
MATRIZ DE TRANSIÇÃO DE EDUCAÇÃO MÃE-FILHO(A) — URBANO 1996
[em %]

Escolaridade da mãe	Escolaridade do(a) filho(a)								
	0	2	4	6	8	10	11	13	16
0	24,04	21,84	21,13	13,88	7,97	2,27	6,36	1,02	1,5
2	6,1	15,12	19,87	19,32	13,06	4,26	14,71	2,83	4,74
4	2,17	5,42	14,18	14,73	14,66	5,71	24,78	5,9	12,45
6	2,87	4,32	6,78	15,11	14,28	7,28	26,75	6,94	15,67
8	0,97	2,14	2,8	6,23	9,74	5,99	32,46	11,79	27,88
10	1,3	1,71	2,41	6,61	5,55	4,64	30,41	11,84	35,52
11	0,6	1,11	2,35	4,22	5,41	4,03	27,96	11,35	42,97
13	0	0,45	0,74	5,66	6,16	2,13	17,65	9,35	57,86
16	0,43	0,52	1,14	1,68	2,98	3,03	16,37	15,77	58,09

Fonte: Elaboração do autor com base na PNAD 1996. A mediana está sombreada.

TABELA A.15:
MATRIZ DE TRANSIÇÃO DE EDUCAÇÃO PAI-FILHO(A) — URBANO 2014
[em %]

Escolaridade do pai	Escolaridade do(a) filho(a)								
	0	2	4	6	8	10	11	13	16
0	4,28	3,88	2,76	24,68	10,14	7,28	30,17	5,31	11,5
2	1,45	2,79	2,77	20,85	9,84	7,69	34,13	5,84	14,64
4	1,13	0,96	2,69	12,33	10,33	5,47	39,19	7,08	20,81
6	0,15	0,99	0,21	11,89	7,16	7,74	41,68	7,56	22,62
8	0,79	0,47	0,46	5,96	6,74	5,01	41,52	9,96	29,09
10	0,46	0,48	0	6,77	3,57	7,62	40,09	14,07	26,93
11	0,49	0,13	0,26	2,98	2,95	2,96	31,57	15,16	43,5
13	0	1,37	0	0	0	1,26	10,43	17,6	69,35
16	0,21	0	0	1,67	1,05	1,28	9,48	13,97	72,33

Fonte: Elaboração do autor com base na PNAD 2014. A mediana está sombreada.

TABELA A.16:
MATRIZ DE TRANSIÇÃO DE EDUCAÇÃO MÃE-FILHO(A) — URBANO 2014
[em %]

Escolaridade da mãe	Escolaridade do(a) filho(a)								
	0	2	4	6	8	10	11	13	16
0	5,12	5,09	3,79	28,68	10,88	7,24	26,99	3,45	8,76
2	1,78	3,03	1,72	21,98	10,71	7,47	34,84	5,3	13,15
4	0,94	0,97	2,2	12,73	10,37	5,96	40,27	7,07	19,48
6	0,6	0,28	0,66	12,59	7,21	8,21	41,89	8,92	19,63
8	0,63	0,33	0,39	6,83	6,54	5,24	42,28	10,53	27,22

10	0	0,6	0,6	5.71	3.38	6,73	43,31	18,47	21,22
11	0,52	0,1	0,34	3.59	3.02	3,13	29,96	14,44	44,91
13	1,75	0	0	2.24	1.89	1,1	11,25	25,22	56,55
16	0,15	0	0	1.32	0.94	1,97	13,55	14,46	67,6

Fonte: Elaboração do autor com base na PNAD 2014. A mediana está sombreada.

TABELA A.17:
MATRIZ DE TRANSIÇÃO DE EDUCAÇÃO PAI-FILHO(A) — NEGROS 1996
[em %]

Escolaridade do pai	Escolaridade do(a) filho(a)									
	0	2	4	6	8	10	11	13	16	
0	40.3	24.8	14.8	9.7	4.8	1.3	3.4	0.5	0.4	
2	14.6	22.2	18.5	17.8	10.1	3.0	10.7	1.3	1.8	
4	6.3	8.9	16.2	18.6	14.7	5.9	20.2	3.9	5.3	
6	5.3	7.5	9.7	20.4	16.0	7.2	23.0	4.5	6.2	
8	3.2	4.8	6.3	14.6	15.8	6.8	29.5	6.8	12.3	
10	1.2	4.0	3.5	13.1	8.1	7.6	36.0	6.0	20.4	
11	0.6	4.0	3.9	10.1	9.7	7.2	38.1	8.6	17.9	
13	0.0	3.4	1.3	6.7	17.0	14.2	28.3	1.3	27.8	
16	1.1	1.8	2.1	9.2	4.9	5.2	25.7	11.6	38.5	

Fonte: Elaboração do autor com base na PNAD 1996. A mediana está sombreada.

TABELA A.18:
MATRIZ DE TRANSIÇÃO DE EDUCAÇÃO MÃE-FILHO(A) — NEGROS 1996
[em %]

Escolaridade da mãe	Escolaridade do(a) filho(a)									
	0	2	4	6	8	10	11	13	16	
0	37.7	24.3	15.4	10.9	5.4	1.4	3.8	0.5	0.5	
2	12.2	21.2	18.6	18.8	10.7	3.4	11.6	1.5	2.0	
4	4.8	9.2	15.4	18.0	15.5	6.3	21.2	3.9	5.6	
6	5.3	6.3	9.5	18.0	14.0	7.5	26.0	5.1	8.4	
8	2.3	4.7	4.4	10.1	12.8	7.9	33.7	8.3	15.7	
10	2.4	1.2	5.3	6.0	6.2	5.7	44.9	9.1	19.3	
11	1.1	2.1	4.6	9.1	9.6	5.8	36.5	11.0	20.2	
13	0.0	0.0	4.0	19.8	11.3	0.0	37.8	0.0	27.2	
16	2.5	1.5	3.8	2.4	6.2	7.2	26.4	12.6	37.4	

Fonte: Elaboração do autor com base na PNAD 1996. A mediana está sombreada.

TABELA A.19:
MATRIZ DE TRANSIÇÃO DE EDUCAÇÃO PAI-FILHO(A) — NEGROS 2014
[em %]

Escolaridade do pai	Escolaridade do(a) filho(a)									
	0	2	4	6	8	10	11	13	16	

0	11.5	10.5	9.9	14.1	10.7	5.3	26.3	5.0	6.8
2	5.9	8.1	10.2	14.7	10.7	6.8	30.4	5.7	7.5
4	2.7	4.1	6.3	12.5	11.7	5.7	37.1	7.3	12.7
6	2.7	3.4	2.2	12.6	10.1	6.0	40.9	8.8	13.4
8	3.1	1.6	1.0	7.2	11.3	5.5	43.9	10.9	15.7
10	3.4	2.9	0.4	2.0	4.1	8.6	45.9	15.5	17.1
11	0.5	0.9	1.4	4.2	5.2	4.4	40.6	17.0	25.8
13	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	15.5	24.2	60.4
16	0.4	0.6	0.0	3.6	3.4	2.7	19.5	12.8	57.0

Fonte: Elaboração do autor com base na PNAD 2014. A mediana está sombreada.

TABELA A.20:
MATRIZ DE TRANSIÇÃO DE EDUCAÇÃO MÃE-FILHO(A) — NEGROS 2014
[em %]

Escolaridade da mãe	Escolaridade do(a) filho(a)									
	0	2	4	6	8	10	11	13	16	
0	11.6	10.6	10.1	14.1	10.7	5.3	26.0	4.9	6.8	
2	5.3	8.9	9.7	16.3	11.2	7.4	29.4	5.0	6.9	
4	2.9	3.3	5.4	12.6	11.8	6.2	39.2	7.6	11.0	
6	1.3	2.0	4.8	12.4	9.3	8.9	41.3	9.4	10.5	
8	1.9	2.1	1.9	6.9	10.5	5.7	45.7	12.4	13.0	
10	0.8	1.0	1.1	7.1	4.7	10.1	47.6	11.1	16.4	
11	1.5	1.4	1.7	4.3	5.4	3.8	39.4	14.5	28.0	
13	0.0	0.0	0.0	4.6	4.7	3.0	42.7	15.3	29.6	
16	0.5	0.4	0.6	3.7	2.4	2.3	25.5	14.7	50.1	

Fonte: Elaboração do autor com base na PNAD 2014. A mediana está sombreada.

TABELA A.21:
MATRIZ DE TRANSIÇÃO DE EDUCAÇÃO PAI-FILHO(A) — BRANCOS 1996
[em %]

Escolaridade do pai	Escolaridade do(a) filho(a)									
	0	2	4	6	8	10	11	13	16	
0	24.1	23.0	22.8	12.6	6.9	2.0	6.1	0.9	1.6	
2	6.9	17.0	24.4	17.0	11.4	3.5	12.5	2.6	4.8	
4	2.3	5.7	16.9	14.4	14.6	5.2	22.4	6.1	12.5	
6	1.3	4.0	7.8	15.0	11.3	8.9	27.3	7.9	16.5	
8	1.1	2.0	4.0	8.0	13.2	5.5	30.1	10.0	26.2	
10	0.3	1.4	1.7	6.2	7.2	5.6	32.3	11.5	33.9	
11	0.5	1.4	1.6	4.1	5.9	4.6	30.7	12.6	38.7	
13	0.6	1.7	4.5	4.5	6.6	3.5	25.1	16.9	36.5	
16	0.6	0.7	1.2	2.5	4.1	2.2	18.2	11.6	58.8	

Fonte: Elaboração do autor com base na PNAD 1996 A mediana está sombreada.

TABELA A.22:
MATRIZ DE TRANSIÇÃO DE EDUCAÇÃO MÃE-FILHO(A) — BRANCOS 1996
[em %]

Escolaridade da mãe	Escolaridade do(a) filho(a)								
	0	2	4	6	8	10	11	13	16
0	21.7	22.6	23.9	12.7	7.7	2.2	6.3	1.1	1.8
2	5.6	15.4	22.6	18.1	12.4	4.0	13.9	2.9	5.1
4	1.7	5.1	15.7	14.3	14.1	5.3	24.2	6.1	13.6
6	2.1	3.9	5.9	14.4	13.7	7.0	26.9	7.7	18.4
8	0.6	1.5	2.4	5.5	9.0	5.4	31.7	12.7	31.2
10	1.0	2.1	2.3	6.9	5.2	4.2	26.9	12.5	39.1
11	0.6	0.9	2.1	3.3	4.6	3.7	26.5	11.4	46.9
13	0.0	0.5	0.0	2.3	4.9	2.6	12.7	13.5	63.5
16	0.3	0.4	0.8	1.7	2.8	2.4	15.1	16.4	60.2

Fonte: Elaboração do autor com base na PNAD 1996. A mediana está sombreada.

TABELA A.23:
MATRIZ DE TRANSIÇÃO DE EDUCAÇÃO PAI-FILHO(A) — BRANCOS 2014
[em %]

Escolaridade do pai	Escolaridade do(a) filho(a)								
	0	2	4	6	8	10	11	13	16
0	5.4	5.8	8.9	10.6	9.8	4.1	28.7	8.2	18.5
2	3.5	7.0	12.9	14.2	11.2	5.9	27.0	6.7	11.8
4	2.0	1.9	7.1	8.5	12.3	4.1	37.1	9.5	17.6
6	0.8	3.1	2.3	6.4	8.3	9.8	38.2	8.3	23.0
8	1.4	1.3	2.4	2.9	6.2	3.6	39.3	13.5	29.3
10	0.0	0.0	0.0	7.5	2.4	3.3	38.4	18.5	29.8
11	0.9	0.1	0.5	1.1	2.8	1.6	30.5	15.3	47.2
13	0.0	0.0	1.7	0.0	0.0	1.6	14.5	20.5	61.8
16	0.2	0.0	0.2	0.8	0.6	1.0	10.2	14.7	72.3

Fonte: Elaboração do autor com base na PNAD 2014. A mediana está sombreada.

TABELA A.24:
MATRIZ DE TRANSIÇÃO DE EDUCAÇÃO MÃE-FILHO(A) — BRANCOS 2014
[em %]

Escolaridade da mãe	Escolaridade do(a) filho(a)								
	0	2	4	6	8	10	11	13	16
0	5.4	6.0	9.2	10.7	9.9	4.1	28.4	8.0	18.4
2	3.6	5.5	10.1	15.0	11.0	5.2	30.3	7.2	12.2
4	1.4	2.0	6.8	8.8	12.0	4.6	36.7	10.4	17.4
6	1.2	1.5	1.7	9.5	7.8	5.9	39.5	15.6	17.5
8	1.2	1.0	1.7	3.7	5.5	3.5	40.0	12.4	31.1

10	0.0	1.0	0.0	2.4	2.2	5.3	40.8	22.9	25.5
11	1.0	0.2	0.4	1.8	2.4	2.4	28.3	15.2	48.4
13	2.5	0.0	1.6	0.0	1.0	0.0	6.5	25.6	62.8
16	0.5	0.1	0.1	0.2	1.3	1.5	13.4	14.9	68.2

Fonte: Elaboração do autor com base na PNAD 2014. A mediana está sombreada.

TABELA A.25:
MATRIZ DE TRANSIÇÃO DE EDUCAÇÃO PAI-FILHO — 1996
[em %]

Escolaridade do pai	Escolaridade do(a) filho(a)									
	0	2	4	6	8	10	11	13	16	
0	33.7	23.8	18.6	10.7	5.7	1.7	4.2	0.6	1.1	
2	9.0	19.2	22.5	17.5	11.4	3.2	11.4	1.9	4.0	
4	2.8	5.9	15.8	15.5	15.2	6.0	22.1	5.1	11.6	
6	1.4	5.5	6.7	17.4	13.3	8.6	26.1	6.8	14.2	
8	1.4	2.5	4.1	8.8	13.9	6.1	29.1	9.3	24.7	
10	0.0	1.3	1.7	8.6	8.7	7.6	32.5	8.7	30.9	
11	0.4	1.2	1.8	5.2	6.6	5.1	32.9	10.7	36.1	
13	0.0	1.5	3.0	4.7	9.7	3.1	26.0	13.1	38.9	
16	0.8	0.7	0.9	2.8	3.9	2.0	16.6	11.4	60.9	

Fonte: Elaboração do autor com base na PNAD 1996. A mediana está sombreada.

TABELA A.26:
MATRIZ DE TRANSIÇÃO DE EDUCAÇÃO MÃE-FILHO — 1996
[em %]

Escolaridade da mãe	Escolaridade do(a) filho(a)									
	0	2	4	6	8	10	11	13	16	
0	29.8	23.3	19.7	11.6	6.8	1.8	5.0	0.7	1.3	
2	8.7	17.5	21.0	18.5	11.6	4.0	12.4	2.1	4.1	
4	2.5	6.1	14.8	15.1	15.0	5.5	23.0	5.4	12.6	
6	2.1	5.3	6.3	15.7	14.0	7.6	27.0	6.4	15.8	
8	1.2	2.4	2.7	5.7	9.4	7.3	32.1	10.2	29.0	
10	2.1	2.0	2.8	7.6	4.1	5.3	26.3	9.9	40.1	
11	0.9	1.3	2.3	4.8	5.6	4.4	24.9	11.2	44.6	
13	0.0	1.0	1.7	5.6	10.0	1.3	20.1	8.8	51.7	
16	0.2	0.3	1.0	2.2	3.5	3.8	16.5	15.2	57.3	

Fonte: Elaboração do autor com base na PNAD 1996. A mediana está sombreada.

TABELA A.27:
MATRIZ DE TRANSIÇÃO DE EDUCAÇÃO PAI-FILHO — 2014
[em %]

Escolaridade do pai	Escolaridade do(a) filho(a)									
	0	2	4	6	8	10	11	13	16	

0	9.6	8.9	9.8	13.2	10.8	4.9	26.6	5.9	10.3
2	5.1	8.5	12.7	17.6	11.3	6.5	27.9	4.4	6.1
4	2.3	3.6	6.8	11.6	13.8	4.8	37.4	7.2	12.5
6	3.0	3.2	2.5	12.9	13.0	8.7	36.8	6.9	13.1
8	2.3	1.5	1.7	4.4	11.1	4.6	41.3	12.7	20.4
10	3.3	2.0	0.0	2.5	2.8	7.9	40.8	20.6	20.2
11	0.6	0.4	0.9	2.5	4.1	3.3	38.2	16.9	33.1
13	0.0	0.0	2.7	0.0	0.0	0.0	20.7	17.4	59.3
16	0.1	0.0	0.1	1.4	0.3	1.9	15.4	13.1	67.8

Fonte: Elaboração do autor com base na PNAD 2014. A mediana está sombreada.

TABELA A.28:
MATRIZ DE TRANSIÇÃO DE EDUCAÇÃO MÃE-FILHO — 2014
[em %]

Escolaridade da mãe	Escolaridade do(a) filho(a)									
	0	2	4	6	8	10	11	13	16	
0	9.7	9.0	10.0	13.3	10.8	4.8	26.4	5.8	10.2	
2	5.0	9.2	11.4	17.8	11.1	6.6	27.3	4.5	7.1	
4	2.7	3.4	6.8	12.5	13.4	5.3	36.4	8.2	11.3	
6	1.5	2.7	4.1	13.0	9.6	10.0	39.6	9.9	9.9	
8	1.7	1.5	1.9	6.0	10.4	4.6	41.9	11.8	20.2	
10	1.0	1.0	0.5	5.0	4.9	11.7	45.5	14.2	16.2	
11	1.2	1.0	0.9	3.1	3.9	3.8	35.3	15.0	35.8	
13	0.0	0.0	2.5	1.5	4.3	0.0	17.4	26.5	47.8	
16	0.3	0.1	0.1	1.3	1.4	2.8	18.9	14.9	60.3	

Fonte: Elaboração do autor com base na PNAD 2014. A mediana está sombreada.

TABELA A.29:
MATRIZ DE TRANSIÇÃO DE EDUCAÇÃO PAI-FILHA – 1996
[em %]

Escolaridade do pai	Escolaridade do(a) filho(a)									
	0	2	4	6	8	10	11	13	16	
0	31.7	24.1	18.6	11.5	5.9	1.6	5.1	0.7	0.9	
2	10.1	18.5	22.2	17.0	10.6	3.5	12.3	2.3	3.5	
4	3.7	7.0	17.5	15.3	14.1	4.8	21.7	5.9	9.9	
6	3.6	4.9	9.8	16.3	12.5	8.1	25.8	6.8	12.3	
8	1.9	3.0	5.0	10.6	13.8	5.5	30.6	9.1	20.5	
10	1.0	2.7	2.5	7.4	6.7	4.8	33.7	11.3	29.9	
11	0.6	2.4	2.3	5.2	6.7	5.1	31.3	12.9	33.7	
13	1.0	2.4	4.9	5.0	6.9	6.8	25.3	15.9	31.9	
16	0.6	1.0	1.7	3.6	4.5	3.0	21.4	11.8	52.5	

Fonte: Elaboração do autor com base na PNAD 1996 A mediana está sombreada.

TABELA A.30:
MATRIZ DE TRANSIÇÃO DE EDUCAÇÃO MÃE-FILHA — 1996
[em %]

Escolaridade da mãe	Escolaridade do(a) filho(a)								
	0	2	4	6	8	10	11	13	16
0	29.9	23.6	19.5	12.0	6.3	1.8	5.0	0.9	1.0
2	7.2	17.4	21.4	18.2	11.9	3.6	13.6	2.7	3.9
4	2.5	6.1	16.3	15.3	14.0	5.5	23.8	5.7	10.8
6	4.0	4.2	7.8	15.5	13.7	6.8	26.2	7.2	14.5
8	0.8	2.1	3.0	7.3	10.4	4.8	32.2	13.1	26.4
10	0.4	1.9	3.0	5.9	6.6	3.7	34.1	13.5	30.9
11	0.6	0.9	2.7	3.9	5.3	3.7	31.2	11.4	40.4
13	0.0	0.0	0.0	5.6	2.9	2.7	15.1	12.7	60.9
16	0.9	0.7	1.2	1.4	2.9	2.2	16.3	16.6	57.8

Fonte: Elaboração do autor com base na PNAD 1996. A mediana está sombreada.

TABELA A.31:
MATRIZ DE TRANSIÇÃO DE EDUCAÇÃO PAI-FILHA — 2014
[em %]

Escolaridade do pai	Escolaridade do(a) filho(a)								
	0	2	4	6	8	10	11	13	16
0	7.8	7.9	9.2	11.9	9.8	4.6	28.1	6.9	13.7
2	4.2	6.7	10.6	11.6	10.7	6.0	29.2	7.9	13.0
4	2.2	2.1	6.8	8.8	10.4	4.8	36.9	9.9	18.1
6	0.5	3.2	2.0	6.3	5.7	7.4	41.4	10.1	23.4
8	1.9	1.4	2.1	4.9	5.5	4.2	41.2	12.3	26.5
10	0.0	0.9	0.4	7.2	3.8	3.9	43.8	12.9	27.0
11	0.8	0.4	0.8	2.2	3.3	2.1	31.2	15.2	44.0
13	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	2.8	8.1	26.0	63.1
16	0.4	0.3	0.1	1.4	2.0	0.9	8.8	15.0	71.2

Fonte: Elaboração do autor com base na PNAD 2014. A mediana está sombreada.

TABELA A.24:
MATRIZ DE TRANSIÇÃO DE EDUCAÇÃO MÃE-FILHA — 2014
[em %]

Escolaridade da mãe	Escolaridade do(a) filho(a)								
	0	2	4	6	8	10	11	13	16
0	8.0	8.0	9.4	12.0	9.9	4.6	27.7	6.8	13.6
2	3.9	5.6	8.7	13.8	11.0	6.1	32.1	7.4	11.4
4	1.5	1.8	5.7	8.6	10.6	5.3	39.0	10.1	17.4
6	1.0	1.0	2.7	9.2	7.8	5.5	41.3	14.6	16.9
8	1.3	1.4	1.7	4.3	5.4	4.4	43.2	13.1	25.2

10	0.0	1.0	0.7	4.9	2.5	4.7	43.6	18.4	24.3
11	1.1	0.3	0.9	2.5	3.0	2.3	30.2	14.8	45.0
13	3.6	0.0	0.0	1.0	0.0	1.6	15.6	20.4	57.9
16	0.6	0.3	0.3	0.7	1.7	0.5	13.5	14.9	67.4

Fonte: Elaboração do autor com base na PNAD 2014. A mediana está sombreada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, R. P. de e LAM, D. Desigualdade de renda, desigualdade em educação e escolaridade das crianças no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 191-218, 1993.
- BARROS, R. P. de *et alii*. Determinantes do desempenho educacional no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 1-42, 2001.
- BELLER, E. Bringing Intergenerational Social Mobility Research into the Twenty-first Century: Why Mothers Matter. *American Sociological Review*, v. 74, n. 4, p. 507-528, 2009.
- BELLER, E. e HOUT, M. Welfare states and social mobility: How educational and social policy may affect cross-national differences in the association between occupational origins and destinations. *Research in Social Stratification and Mobility*, v.24, p. 353–365, 2006.
- RIBEIRO, C. A. C. Tendências da desigualdade de oportunidades no Brasil: mobilidade social e estratificação educacional. *Mercado de trabalho: conjuntura e análise*, n. 62, p. 49-65, 2017.
- ERIKSON, R. Social Class of Men, Women and Families. *Sociology*, v. 18, p. 500–514, 1984.
- ERIKSON, R., GOLDTHORPE, J. H. e PORTOCARERO, L. Intergenerational Class Mobility in Three Western Societies: England, France, and Sweden. *The British Journal of Sociology*, v. 30, p. 415–441, 1979.
- FERREIRA, S. G. e VELOSO, F. A. Mobilidade Intergeracional de Educação no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, 2003.
- GAER, D. van de, SCHOKKAERT, E. e MARTINEZ, M. Three Meanings of Intergenerational Mobility. *Economica*, v. 68, n. 272, p. 519-537, 2001.
- GOLDTHORPE, J. H. Woman and Class Analysis: In Defence of The Convencional View. *Sociology*, vol. 14, n. 4, p. 465-488, 1983.
- KORUPP, S. E., GANZEBOOM, H. B. G. e LIPPE, T. V. der. Do Mothers Matter? A Comparison of Models of the Influence of Mothers' and Fathers' Educational and Occupational Status on Children's Educational Attainment." *Quality and Quantity*, v.36, p.17–42, 2002.
- PERO, V. *Mobilidade social no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Economia, 2003.
- SORENSEN, A. Women, Family and Class. *Annual Review of Sociology*, v. 20, p.27–47, 1994.

TORCHE, F. Intergenerational Mobility and Inequality: The Latin American Case. *Annual Review of Sociology*, v. 40, p. 619–642, 2014.

CEM – Centro de Estudos da Metrópole. **PNAD 1996**. São Paulo, Brasil: CEM, 2017. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/1148>>. Acesso em 10 de Março de 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Anual**. Brasília, Brasil: IBGE, 2017. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/microdados/2014/>. Acesso em 15 de Janeiro de 2017.